

TRABALHO

CONSTRUÇÃO DE MUNDOS E DE SENTIDOS

Liliane Feitoza | Salviano Feitoza



PRAZER
DE
LER

Acreditando no futuro do Brasil

Trabalho: construção de mundos e de sentidos

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza



Trabalho: construção de mundos e de sentidos

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza

Editor: Lécio Cordeiro

Revisão de texto: Suélen Franco

Capa: Sophia Karla

Ilustração da capa: Cadu Loureiro

Projeto gráfico: Allegro Digital

Editoreção eletrônica, pesquisa iconográfica e infografia: Allegro Digital

Coordenação Editorial:



Editora Prazer de Ler

Avenida Doutor Rinaldo de Pinho Alves, 2680

CEP: 53411-000 - Paratibe - Paulista/PE

Fone: (81) 3447.1178 - Fax: (81) 3422.3638

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos das fotos, ilustrações e dos textos contidos neste livro. A Editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Para fins didáticos, os textos contidos neste livro receberam, sempre que oportuno e sem prejudicar seu sentido original, uma nova pontuação.

F311t Feitoza, Liliane
Trabalho : construção de mundos e de sentidos : paradidático geografia -
6A / Liliane Feitoza, Salviano Feitoza. – Recife : Prazer de Ler, 2018.
80p. : il.

Inclui referências.

1. GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO – ESTUDO E ENSINO. 2. GEOGRAFIA HUMANA – ESTUDO E ENSINO. 3. TRABALHO – ESTUDO E ENSINO. 4. CAPITALISMO – ESTUDO E ENSINO. 5. TRABALHO E TRABALHADORES – ASPECTOS SOCIAIS. 6. TRABALHO E TRABALHADORES – BRASIL – ASPECTOS SOCIAIS. I. Feitoza, Salviano. II. Título.

CDU 911.3

CDD 911.3

PeR – BPE 18-238

ISBN: 978-85-8168-673-8

Impresso no Brasil

As palavras destacadas de amarelo ao longo do livro sofreram modificações com o novo Acordo Ortográfico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Aos trabalhadores, de quem mais precisamos e a quem
menos enxergamos.

Apresentação

As pessoas trabalham por diversos motivos. Algumas trabalham para receber um pagamento de que precisam; outras, para alcançar uma realização pessoal. Há, ainda, quem trabalhe sem receber pagamento ou sem ser reconhecido, apenas porque existe uma necessidade que só será suprida através do trabalho. Estes são uns poucos motivos para entendermos por que as pessoas trabalham, ainda existem outros e muitas outras reflexões importantes para fazermos sobre o trabalhador e o ato de trabalhar.

É certo que o trabalho está em praticamente tudo que nos cerca. Sem trabalho, não existiriam cadeiras, mesas, copos, folhas de papel, assim como não existiriam celulares, pães, sucos e bolos. Sem ele, também não possuiríamos um sentido para muito do que está a nossa volta. Mesmo sem entrar em contato direto com alguns profissionais ou sem ter visto um trabalho ser realizado, o nosso mundo é a prova de o quanto o trabalho nos cerca. Mas o que todo esse trabalho significa? E o que significa trabalhar? Como são tratados os trabalhadores em sociedade? E há realmente profissões mais ou menos importantes?

Essa grande quantidade de perguntas precisa de tempo para ser respondida, não só o tempo que você aplicará na leitura, mas o tempo da história, que modificou, em diversos espaços, a maneira como o trabalho e os trabalhadores são percebidos. Para entendermos melhor o trabalho nos nossos tempos, convidamos você a fazer uma viagem que nos levará para outras sociedades e para outros tempos. Convidamos você para uma viagem em busca de respostas sobre o trabalho, que, no fim, será também uma busca de conhecer o nosso próprio tempo e os trabalhos que realizamos agora e que realizaremos no nosso futuro.

Sumário

Começo de conversa 6

Capítulo 1

Mas, afinal, o que é trabalho? 14

Reflexão 18

Capítulo 2

Modos de produção e intervenção na natureza..... 22

● As sociedades tribais e o modo de produção comunal 25

● Modo de produção asiático 29

● Modo de produção feudal 33

Reflexão 41

Capítulo 3

O modo de produção capitalista explicado por dois teóricos..... 44

● Weber e o surgimento do capitalismo 46

● O capitalismo para Marx..... 51

Reflexão 61

Capítulo 4

Indústria e novos conflitos do mundo do trabalho 64

Reflexão 74

O fim e o recomeço 78



A greve na região de Charleroi (detalhe), de Robert Koehler, século XIX.

Começo de **conversa**

Provavelmente, alguém da sua casa, da sua escola ou mesmo um amigo já lhe perguntou o que você quer ser quando crescer. Também é provável que você tenha feito essa pergunta alguma vez para outra pessoa ou para si mesmo, encontrando como resposta uma profissão específica, um conjunto de profissões possíveis ou mesmo muitas dúvidas.

Essas perguntas estão desde muito cedo à nossa volta, pois o trabalho e a vida profissional das pessoas são elementos considerados muito importantes na sociedade. E não é para menos: se olharmos em volta, agora mesmo, perceberemos quantas coisas perto de nós são resultado do nosso próprio trabalho ou do trabalho dos outros.

Considere, por exemplo, que você esteja começando a arrumar o seu quarto; para que tudo fique exatamente do jeito que deveria, a primeira coisa que você faz é olhar em volta e listar rapidamente tudo o que precisa ser feito. Digamos que seria preciso arrumar a cama, varrer o chão e organizar todos os objetos que estivessem fora do lugar, guardando alguns e reposicionando outros. Depois de entender o que tem de ser feito, você começa a executar os seus pensamentos, tendo algum trabalho para que tudo fique como imaginou. E, quando as atividades são concluídas, você pode dizer que o quarto arrumado à sua volta é o resultado do trabalho realizado.

Se, depois do esforço, você resolve descansar e fazer absolutamente nada e, por isso, separa um lanche e um filme para relaxar, nesse momento de descontração também existe trabalho. A comida que você consome é resultado do trabalho de outras pessoas, assim como o filme envolveu muitos profissionais antes de ficar pronto para ser assistido. Foram necessários roteiristas, produtores, atores, cinegrafistas, maquiadores, além de muitos outros profissionais, para criar o filme a que você assiste para relaxar.



Reportagem feita em junho de 2017 pela mídia britânica a respeito do incêndio na Torre Grenfell. A produção de reportagem requer muito planejamento e organização.

Além disso, o local onde você se senta ou deita para assistir e o televisor ou computador também precisaram ser produzidos em cada uma das suas pequenas peças, além de montado, distribuído e vendido para chegar até você e poder ser apreciado. A não ser que você esteja lendo esse livro no meio de um lugar extremamente natural, como uma floresta ou uma praia deserta, certamente você poderá olhar em volta e perceber várias construções e objetos que foram resultado do trabalho de alguém.

E, mesmo que você esteja em um desses locais pouco modificados pela intervenção humana, ler este livro já é indicador de trabalhos que foram realizados. Tanto meu trabalho, escrevendo-o, e seu, aplicando ensinamentos que você recebeu para executar a tarefa de ler e compreender tudo o que está escrito nas páginas, quanto o de muitos outros profissionais que trabalharam na produção material e imaterial necessária para que ele ficasse pronto.

Note que vivemos cercados por intervenções humanas na natureza, isto é, pela transformação dos espaços naturais em espaços geográficos. Os espaços naturais, como você bem sabe, são os ambientes que se estabeleceram sem a intervenção humana, formados pelo desenvolvimento da própria natureza ao longo de anos de uma lenta atividade. Estão entre os espaços não criados pelos homens, por exemplo, as montanhas, os rios e mares, além das praias e florestas. Por sua vez, os espaços geográficos são os espaços naturais que foram transformados pela ação humana, ou seja, os espaços criados pelo desenvolvimento natural, mas que foram acrescentados ou modificados pela intervenção das sociedades.



A capital São Paulo, na sua construção, sofreu intervenção humana em sua geografia para adaptar-se ao crescimento populacional.

Os espaços tornam-se geográficos quando a humanidade interfere neles e os transforma, adapta ou modifica para atender às suas necessidades. Imagine uma região de planície em que corre um rio e na qual não se pode ver quase nada além de uma bonita vegetação rasteira e alguns poucos arbustos e árvores. Nada disso foi feito pela humanidade, então você pensa que aquele é um espaço natural, mas, ao olhar com um pouco mais de atenção, percebe que, no alto de uma colina, ao redor da planície, há uma pequena casa. Aquela habitação certamente não é fruto da ação da natureza. Há nela intervenção humana e, portanto, aquele não é mais um espaço plenamente natural, mas, sim, um espaço geográfico.

A produção de um espaço geográfico, ou seja, a modificação do espaço natural, é feita por meio do trabalho. Não é possível executar transformações, como construir uma casa, fazer uma cerca, plantar uma horta ou aprontar uma ponte, sem que trabalho precise ser realizado. Dessa forma, quando falamos que estamos cercados de espaços geográficos, em outras palavras estamos dizendo que somos rodeados por trabalho e pelos seus resultados.

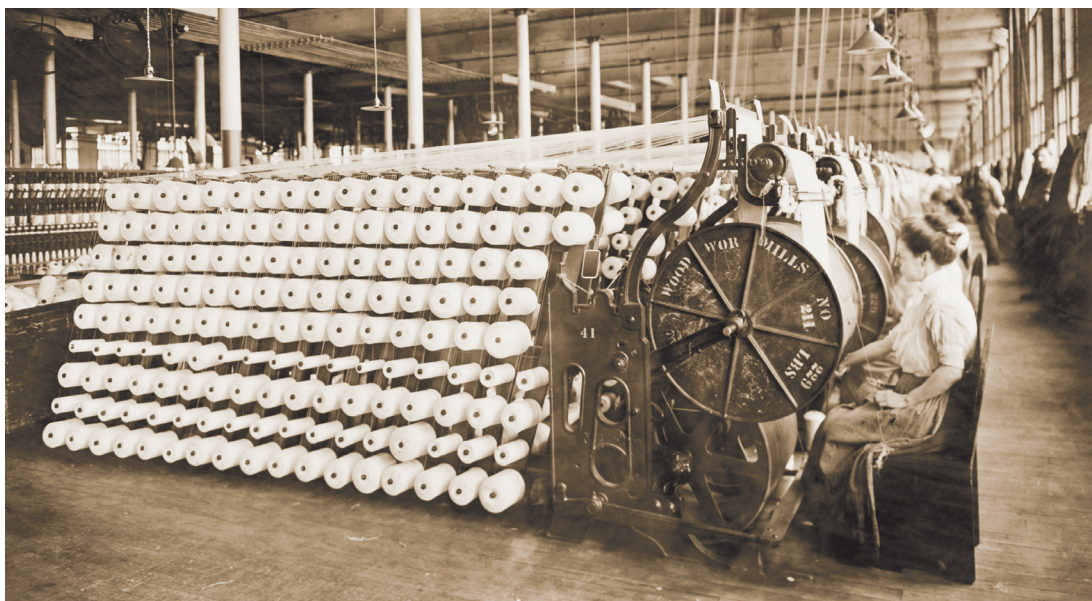
Da mesma forma que existe uma grande variedade de objetos e serviços à nossa volta, existem também múltiplas profissões e práticas habilitadas para atender a diferentes desejos e necessidades. Há profissionais que trabalharam a vida inteira construindo casas, outros que constroem jogos ou aparelhos eletrônicos e outros ainda que criam coreografias que estarão em um espetáculo de dança.

Esses variados trabalhos não são apenas diferentes pelo que cada profissional executa. Eles também são vistos de forma diferente na sociedade. Podem pertencer a grupos e áreas distintos, ser regidos por leis e códigos específicos e remunerados com maiores ou menores salários. Essas diferenças existem, pois a nossa sociedade não é apenas uma junção de indivíduos ou de grupos, mas um conjunto de relações sociais cheias de particularidades e de diferenças.



O setor terciário emprega quase metade da **mão de obra** do Brasil. Fazem parte desse setor: educação, comércio, hospitais, atendimento (pessoal, *telemarketing*, *call centers*), etc.

É comum, por exemplo, que alguns trabalhos sejam considerados mais importantes do que outros. Se você parar para pensar, vai notar que você reconhece essa diferença e que você saberia listar alguns desses trabalhos que são vistos como mais ou menos importantes. Para Max Weber, que foi um importante sociólogo alemão, essas relações sociais possuem quantidades distintas de prestígio, ou seja, são mais ou menos valorizadas. Isso não quer dizer que existe apenas diferença entre as relações sociais, mas que também existe desigualdade.



A partir da Segunda Revolução Industrial, as máquinas passam a ter mais ênfase no processo e no cotidiano da produção. Isso gerou uma enorme crise econômica, resultando em um alto índice de desemprego. Na foto, indústria têxtil em Boston, EUA, em 1910.

Em alguns momentos, você pode ter usado as palavras *diferente* e *desigual* como se possuíssem o mesmo significado, mas na verdade elas são diversas. Enquanto **diferença** diz respeito a uma variedade de tipos (que por serem variados não são iguais), **desigualdade** quer dizer que existem valores distintos atribuídos ao que é diferente. Dito de outra forma, a diferença é natural, está nos tipos físicos, nas paisagens, nos climas e no tempo, já a desigualdade é social e está diretamente ligada a uma hierarquia, ou seja, a um valor mais ou menos elevado estabelecido pela sociedade ao que é diferente.

Assim, podemos dizer que não existem apenas diferentes tipos de trabalho, mas também valorizações desiguais dadas a eles. Nem todos os trabalhos são apreciados da mesma forma ou são considerados equivalentes, o que fica claro quando percebemos que dois profissionais que trabalham durante a mesma quantidade de tempo podem receber salários muito diferentes pelo que foi executado.

Um conceito que ajuda a entender essas desigualdades é o de **status social**, criado por Weber, sociólogo de quem falamos antes. Antes de chegarmos a esse conceito, é preciso compreender que, para Weber, a sociedade e as relações sociais que se passam nela não são todas equivalentes, e sim estratificadas, ou seja, as relações sociais não se organizam como uma planície, todas retas e iguais, mas como uma cadeia de montanhas ou como uma escada, com elevações em níveis diferentes.

Essa diferença de nível geraria uma desigualdade na apreciação social e, assim, um *status*. Em outras palavras, o *status* social seria o desigual nível de prestígio e de honra gerado pelos diferentes níveis da estratificação. Pensando na escada, seria como se cada relação pudesse estar em um ponto diferente: algumas estariam na base da escada, outras nas posições intermediárias e outras no topo e, quanto mais para o topo estivessem, mais importantes seriam consideradas.



Na busca por explicações de como o indivíduo escolhe sua profissão, podemos adotar os conceitos usados na Sociologia de *status* e papel social.

Esse *status* atinge, e muito, as relações de trabalho, de forma que algumas profissões geram *status* mais positivos do que outras. Pense nos seguintes profissionais: médicos, marceneiros, advogados, porteiros, mecânicos e pilotos de avião. Agora tentem dividir essas seis profissões em dois grupos, separados pelo maior ou menor *status* que conferem.

Caso ache essa divisão difícil, lembre-se da pergunta mencionada no início do texto (“O que você vai ser quando crescer?”) e coloque no grupo do maior *status* aquelas profissões que provavelmente gerariam mais orgulho

aos seus pais, familiares e amigos se fossem a sua resposta. Se você pensou que a atividade profissional dos médicos, dos advogados e dos pilotos de avião provavelmente faria seus pais mais orgulhosos, você está correto.

Existe um lugar privilegiado na sociedade para profissões desse tipo, que por vários aspectos passam a ser consideradas mais importantes, mais desafiadoras e até mais interessantes. Não é por outro motivo que é tão comum a existência de protagonistas de filmes, seriados, novelas e desenhos que realizavam um desses trabalhos, e tão incomum que marceneiros, porteiros ou mecânicos sejam retratados como profissionais extremamente necessários para a sociedade.

A ocupação dos médicos, advogados e pilotos de avião gera um *status* social mais positivo do que a dos marceneiros, porteiros e mecânicos. Voltando à analogia da escada, poderíamos dizer que os médicos, advogados e pilotos de avião estão mais para o topo, enquanto os marceneiros, porteiros e mecânicos, mais próximos à base da escada.

É claro que essa desigualdade não quer dizer que as profissões de *status* mais elevado sejam realmente mais importantes. Em muitas situações, um mecânico é mais necessário do que um médico, e um marceneiro ou porteiro poderiam oferecer ajudas mais precisas do que um advogado ou um piloto de avião.

A verdade é que todos os trabalhos são importantes e todos contribuem ao seu modo para a manutenção do funcionamento e para a complexidade da nossa organização social. Para se ter clareza da importância de cada função, pense no que aconteceria se determinado serviço fosse interrompido. Imagine um cenário em que todos os garis ou padeiros ou motoristas ou, ainda, os vendedores simplesmente parassem de executar suas funções.

Certamente a interrupção iria causar muitos problemas e impedir que ainda, outros profissionais pudessem realizar os seus trabalhos, pois a sociedade está cheia de inter-relações e interdependência. Isso significa que existe uma necessidade recíproca entre as pessoas, garantindo que eventualmente o padeiro precise ir ao médico e que praticamente todos os dias o médico precise dos serviços do padeiro. Todas essas ocupações são fundamentais para a sociedade, ainda que, algumas vezes, não garantam aos seus profissionais um *status* equivalente à sua importância.

nimon/Shutterstock.com



A profissão de médico é uma das mais almejadas no Brasil, muito valorizada pelo seu tempo de estudo, *status* social e retorno financeiro.



No Brasil, as profissões escolhidas para a faculdade geralmente têm *status* social, diferentemente de países desenvolvidos, que prezam pelos cursos técnicos, pois estes dão um retorno econômico mais rápido.

Apesar de compreendermos que o *status* reduzido não quer dizer que um trabalho seja pouco importante, geralmente desejamos realizar trabalhos passíveis de gerar um *status* mais elevado. Entre os motivos apontados por alguns sociólogos para esse desejo, está não só a honra e a valorização ligada ao *status* mais elevado, mas também o fato de que esse *status* costuma estar relacionado a uma série de outras vantagens sociais, como os maiores salários e a possibilidade de alcançar maior conforto e conveniência na sociedade.

Deixando um pouco de lado a valorização social de algumas profissões para voltar a tratar da necessidade do trabalho de maneira geral, devemos acrescentar ainda que a importância do trabalho não é recente. Se você imaginar a vida em épocas passadas, tanto as mais próximas quanto as mais distantes, vai concluir que, com certeza, em outros tempos as pessoas também possuíam necessidades que faziam com que uma série de trabalhos precisassem ser executados.

Em nenhum momento da sua história, a humanidade pôde existir sem alimento, abrigo ou vestimentas, por exemplo, e qualquer uma dessas necessidades exige algum nível de intervenção ou transformação dos espaços naturais para ser plenamente satisfeita. Em outras palavras, produzir vestimentas, obter alimentos e produzir um abrigo sempre exigiram trabalho.

Ao longo do tempo, alteraram-se as formas de realizar diversos trabalhos, modificaram-se as percepções de como esses trabalhos deveriam ser realizados e de como os trabalhadores deveriam ser tratados. Também surgiram novas necessidades e novas profissões, ao passo que outras desapareceram.

Todas essas transformações não fizeram com que o trabalho perdesse o seu sentido ou deixasse de ser importante. Na verdade, o sentido do termo *trabalho* ampliou-se e enriqueceu, ganhando alguns significados que não existiam no passado. É possível dizer que houve certa ampliação, quanto à importância do trabalho para a sociedade, já que hoje, além da importância do que é executado, existe uma atribuição de sentido adicional, como vimos na noção de *status*, que faz com que o trabalho de uma pessoa não seja só a atividade executada, mas também algo que confere a ela identidade e valor.

O que faremos, a partir de agora, é tentar enriquecer nossa visão sobre o que é trabalho e sobre diversos significados que ele possuiu e ainda seu sentido para a sociedade. Para tanto, iniciaremos um passeio através de diferentes noções de trabalho que costumamos aplicar no nosso cotidiano e, depois disso, tentaremos alcançar um significado capaz de nos guiar em viagens e descobertas que estarão mais adiante.

Antes de iniciar esse percurso, precisamos retirar, deste começo de conversa, o conhecimento de que existem variadas profissões e que, além de diferentes, elas também são tratadas de maneira desigual pela sociedade, gerando mais ou menos prestígio. Além de que a diferença de *status* não quer dizer que uma profissão seja mais importante do que outra, mas apenas que costuma receber uma maior ou menor valorização.



The U.S. National Archives

Até o aparecimento da tecnologia digital, quem conectava, de forma manual, as ligações de grande distância eram as telefonistas. Por muito tempo, foram partes importantes das grandes redes de telefone até a tecnologia tornar a função obsoleta. Na foto, mulheres trabalhando em um painel de telefone do sistema Bell, nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial.



Mas, afinal, o que é trabalho?

Você já sabia, ou notou lendo a seção anterior, que é possível usar a palavra *trabalho* para se referir a mais de um tipo de prática. Assim, antes de chegarmos a uma definição de trabalho apropriada para as intenções deste livro, vamos passear por alguns sentidos em que normalmente utilizamos esse termo nas nossas falas cotidianas.

Como primeira dessas possibilidades, vamos pensar na aplicação inicial que fizemos para o termo a respeito da arrumação do seu quarto. Ao dizer “tive **trabalho** para arrumar o quarto”, não encontramos erros ou dificuldades para compreender a frase, além de que não confundiríamos o sentido da palavra na frase com outros sentidos que também já utilizamos a exemplo do trabalho como profissão. Em outras palavras, a frase não faz pensar que arrumar o quarto é a sua profissão, mas aproxima o termo *trabalho* da **ideia** de fazer **esforço**.

Já quando alguém diz “**trabalho** como professor há mais de 20 anos”, não entendemos que a pessoa se esforça como professor, mas, desta vez, sim, associamos o termo *trabalho* à **profissão** ou **ocupação permanente**. A pessoa que trabalha como professor está dizendo que é um profissional dessa área ou ainda que este é o seu emprego, ao qual se dedica e pelo qual é remunerado.

1



A profissão de professor é muito valorizada em países desenvolvidos, pois ela colabora para a produção de conhecimento e a formação de muitos profissionais.

Ainda é possível que uma mãe fale: “Meus filhos me dão muito **trabalho!**”. Nesse caso, podemos dizer que surge mais um significado para a palavra, pois a mãe nem está dizendo que os filhos geram esforços nem que eles são sua profissão. O sentido da frase seria mais bem compreendido se entendêssemos que o trabalho a que ela se refere diz respeito à preocupação, aflição ou dificuldade.

Seguindo nesse exercício, imagine que uma pessoa dê a você a seguinte recomendação: “É preciso **trabalhar** a sua capacidade de leitura”. Ao tentar fazer o mesmo que foi feito para as demais frases, perceberemos que nenhum

dos sentidos anteriormente estabelecidos atende perfeitamente ao sentido dessa frase. Nessa sentença, trabalhar equivale a treinar ou exercitar a fim de alcançar alguma melhora.

Para terminar, vamos aplicar o termo duas vezes com sentidos diferentes em uma única frase. Imagine que você perdeu uma aula e, no dia seguinte, ao chegar à escola, seus colegas lhe avisam: “Ontem, o professor passou um **trabalho** valendo metade da nota. Aqui está todo o meu **trabalho**, mas você precisa falar com ele para ter um prazo maior para o seu”.

No primeiro caso, a palavra *trabalho* significa tarefa ou atividade específica que foi solicitada pelo professor, ao passo que, no seguinte, já é o resultado, ou seja, na segunda aplicação o trabalho mostrado pelo colega é a obra ou o produto resultante de um esforço físico e intelectual.

Provavelmente, nenhum desses usos da palavra *trabalho* pareceu estranho para você. Na verdade, são todos bastante comuns e usuais, assim como outros usos em que conseguiríamos pensar se nos esforçássemos um pouco. Por agora, entretanto, esses significados são suficientes, pois a intenção de pensar nessas frases era apenas a de estimular a percepção de que essa palavra é muito rica em variedade de sentidos.

Em meio a todas essas possibilidades de interpretação, vamos nos aproximar de uma definição mais ampla e apropriada para nossos interesses. Nossa busca necessariamente passa pela Filosofia, pois é interesse dela realizar esforços intelectuais no sentido de compreender o mundo à nossa volta. Como já vimos que o trabalho é um componente importante deste mundo, podemos assegurar que os filósofos não deixaram de pensar nele.

Ao pensar na existência humana, a filosofia compreendeu que, assim como todos os outros seres vivos, nós precisamos da natureza para garantir nossa existência, o que é verdade não só do ponto de vista físico (retiramos da natureza nossos alimentos e os materiais para nossos abrigos e utensílios), mas também do ponto de vista biológico (precisamos da natureza para garantir a nossa reprodução biológica e a nossa sobrevivência como indivíduo natural).

Mas, diferentemente de outros seres vivos, nossa relação com a natureza não é apenas mecânica. A intervenção do homem na natureza inclui uma capacidade de antever e planejar ações com um amplo nível de detalhamento. Procure lembrar-se do exemplo da arrumação do quarto e que, antes da arrumação propriamente dita, a intervenção no espaço começava com a pré-visualização e com o planejamento do que precisava ser feito.

Nesse sentido, portanto, o trabalho será definido como uma ação humana sobre a natureza capaz de transformá-la. Essa prática produtiva se inicia



O engenheiro agrônomo ensina um treinamento técnico em sementes para melhoria de funcionários e técnicos em um centro de pesquisa na cidade de Santa Helena de Goiás, no Estado de Goiás, em 2009.

com uma intenção subjetiva e é capaz de garantir, a quem a realiza e à humanidade, o alimento e os demais elementos necessários à existência.

Enquanto trabalha, uma pessoa não só interfere e transforma a natureza, mas ainda passa a relacionar-se com ela e com os demais habitantes. É esse conjunto de relações entre indivíduos e grupos de indivíduos que vai constituir a sociedade, da qual já falamos. Cada sociedade possuirá, portanto, uma forma de relacionamento entre os indivíduos que estão nela, e entre eles e a natureza, a fim de assegurar a sobrevivência.

As formas de realizar os trabalhos podem se modificar, mas a necessidade de trabalhar é essencial, além de ser um diferencial entre a humanidade e outros tipos de vida. Em síntese, podemos dizer que em toda sociedade existe trabalho e que essas intervenções são diferentes das realizadas por outros animais, pois são dotadas de significado, de antevisão e de um planejamento.

Tendo compreendido essa definição de trabalho e essas caracterizações que vieram a seguir, agora podemos aplicá-las a diferentes modalidades de trabalho, que foram utilizadas, ao longo do tempo, para intervir na natureza e garantir a sobrevivência ou a produção de riqueza. Depois desse pequeno passeio pelas significações atuais da palavra *trabalho*, vamos nos aventurar em uma viagem mais ambiciosa, realizada pelo tempo e interessada em observar, em cada parada, formas de trabalho e modelos econômicos.



Reflexão

1 A história das ações humanas em busca de sobrevivência e de adaptação da natureza a suas necessidades e anseios é também a história do trabalho. E assim o é, pois é por meio do trabalho que se procurou alcançar, de diversas formas, a sobrevivência e a alteração dos espaços e dos recursos naturais. Com base nessa percepção, construa uma definição de **trabalho** inspirada no que você estudou e que inclua os termos *sobrevivência* e *adaptação da natureza*.

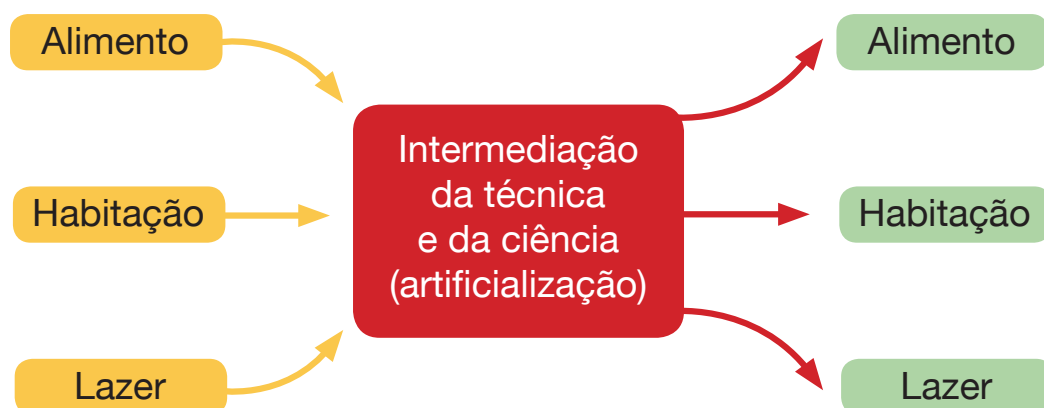
2 À medida que se apropria do espaço natural e o transforma, a sociedade cria ou produz o espaço geográfico e o faz por meio do trabalho. Utiliza, para tanto, as técnicas de que dispõe segundo o momento histórico e suas representações, ou seja, crenças, valores, normas e interesses econômicos, fatores que orientam suas intervenções e relações com os elementos naturais ou físicos do espaço.

A partir da leitura do texto acima e do que foi estudado, diferencie **espaço geográfico** e **espaço natural**.

3 É pelo trabalho que a humanidade busca suprir suas necessidades, mas a forma como se trabalha se modifica com o tempo, assim como o que se entende por *necessidade*. Ainda assim, esses dois elementos estão diretamente relacionados à constituição do espaço geográfico. Sobre esses conceitos, marque o que for **falso**.

- a As relações de produção que ocorreram, ao longo da história, foram responsáveis pela construção e reconstrução do espaço geográfico, fazendo com que ele pudesse ser caracterizado como um resultado da história e da sociedade.
- b As relações de poder e de dominação influenciam na organização do espaço e suas desigualdades e também dependem, em grande parte, do grau de desenvolvimento econômico de cada sociedade.
- c Os espaços naturais ocupam, ainda, as maiores extensões do Planeta, constituindo as áreas mais vulneráveis aos desastres ambientais.
- d Os espaços geográficos passaram a ocupar, desde a Revolução Industrial, as maiores extensões do Planeta e, em sua totalidade, esses espaços são pouco vulneráveis a desastres ambientais, pois, ao serem transformados pelo homem, há sempre uma grande preocupação com segurança e com sustentabilidade ambiental.
- e Tanto o item “c” quanto o item “d” possuem informações equivocadas.

4 Observe o esquema:



MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico: Geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002. p. 22.

Com base no esquema e nos seus conhecimentos, é **incorreto** afirmar:

- a** Quanto mais a natureza é utilizada, mais artificializado torna-se o espaço produzido pelos homens, e a relação do homem com a natureza passa a ser mediada pelas conquistas alimentadas pela ciência.
- b** As grandes cidades são bons exemplos de espaços em que a intermediação da técnica e da ciência tornou o ambiente artificial.
- c** As técnicas utilizadas para modificar o espaço natural está em constante transformação.
- d** O espaço geográfico já existe mesmo antes do surgimento do homem, sendo irrelevante, portanto, considerar a sua atuação na construção de espaços artificiais como as grandes cidades.
- e** Nos espaços geográficos muito modificados, ocorre um amplo consumo de recursos naturais, muitas vezes de maneira menos consciente do que em espaços em que as modificações são menores.

5 Leia o texto a seguir.

As carreiras mais procuradas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou informações do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2016 sobre os concluintes das 10 carreiras mais procuradas no período de 2001 a 2015. Veja abaixo o resultado:

Curso	Concluintes
Administração	1.319.804
Direito	1.217.632
Pedagogia	861.420
Ciências Contábeis	451.739
Enfermagem	430.325
Educação Física	396.204
Psicologia	247.888
Medicina	181.254
Engenharia Civil	126.702
Ciências Biológicas	108.179

Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dez-carreiras-tem-quase-metade-de-todos-os-formados-no-brasil-desde-2001-g1-teraserie-de-reportagens.ghtml>. Acesso em 31 de agosto de 2017. Adaptado.

Sobre as carreiras profissionais e sobre o conceito de **status social**, marque o que for **falso**.

- a A busca por certos cursos reflete o momento econômico do País.
- b Alguns dos aspectos importantes para a escolha do curso é o salário e o prestígio social que a profissão irá garantir. Muitas vezes, verifica-se uma intenção de ascensão social por parte do estudante.
- c A concorrência universitária demonstra o caráter social das escolhas dos cursos. Os cursos reconhecidos como mais importantes na divisão do trabalho social tendem a ser também mais prestigiados.
- d Percebe-se uma forte concentração nos cursos da área de Exatas. Isso é reflexo da grande preocupação altruísta da sociedade contemporânea.
- e As mudanças nas carreiras refletem diversas transformações sociais.

6 (UEM – Adaptada) Trabalho é uma categoria fundamental do pensamento sociológico. Considerando esse conceito, assinale o que for **errado**.

- a É pelo trabalho que o homem constrói o mundo e, nesse processo, constrói a si mesmo.
- b A intensificação do processo de divisão social do trabalho promove uma especialização crescente das tarefas.
- c Na sociedade capitalista, o trabalho é uma fonte de riquezas, capaz de incorporar valor aos meios de produção.
- d Por se referir à ação humana, a força de trabalho não pode ser considerada uma mercadoria, ou seja, não se é possível pagar ou receber dinheiro por ela.
- e O trabalho tem como meta produzir os bens e serviços necessários à manutenção da vida e atender às necessidades criadas pelos homens.



Modos de produção e intervenção na natureza

Concluimos o capítulo anterior afirmando que em todas as sociedades existe trabalho, já que ele é necessário para garantir que um conjunto de necessidades seja atendido ou, de uma forma mais simples, é ele que vai garantir a aquisição e a transformação dos recursos naturais necessários à sobrevivência. Por mais que, ao longo da sua história, a humanidade sempre tenha trabalhado, essa prática produtiva nem sempre se deu da mesma forma.

No decorrer da História, constituíram-se diferentes modos de produção e diferentes setores econômicos. Para conseguirmos ter alguma familiaridade com essas distintas organizações da forma de trabalhar e de alterar o espaço à nossa volta, iniciaremos nossa viagem em busca de melhor conhecer os modos de produção, mas não sem antes entender o que **modo de produção** significa.

Para compreender o que é modo de produção, a primeira **ideia** que precisamos ter clara é a de **trabalho**. E, como já sabemos que trabalho é uma ação produtiva de intervenção na natureza pela qual se deseja produzir riqueza ou garantir a sobrevivência, podemos dizer que começamos bem.

2



Acrescentamos, agora, a compreensão de que todo trabalho precisa de recursos ou instrumentos a fim de ser realizado. Pense, por exemplo, no trabalho de um agricultor, um dos mais antigos e mais importantes trabalhos existentes, e procure listar na sua mente o que é necessário para que esse profissional possa realizar a sua função.



Colheita de soja mecanizada na cidade de Campo Verde, no Mato Grosso. Hoje em dia, o homem divide o trabalho no campo com a máquina.

Se estivermos pensando em um pequeno produtor, deixaremos de considerar a posse de máquinas caras, como tratores e colheitadeiras, por exemplo. Ainda assim, saberemos que serão utilizados instrumentos mais simples para manejar a terra, como enxadas, pás, ancinhos, foices, entre outros. Além dessas ferramentas, o trabalhador ainda vai precisar de sementes ou mudas, já que não é possível plantar sem ter o quê, e da própria terra, pois, da mesma forma, não é possível plantar sem ter onde.

Esse conjunto de recursos (ferramentas, sementes, mudas e terra) ainda poderiam ser separados em subgrupos específicos, mas, para nós, basta chamá-los de **meios de produção**. Transformando esse raciocínio

em um conceito, podemos dizer que os meios de produção são o conjunto de instrumentos e recursos necessários para executar qualquer trabalho. A soma do trabalho realizado pelas pessoas e dos meios de produção poderá receber um nome próprio e ser chamada de **forças produtivas**.

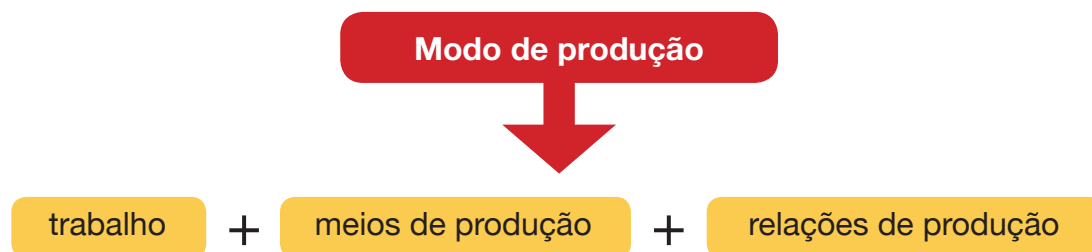
Estamos agora muito mais perto do conceito de modo de produção, pois já adiantamos dois dos três elementos envolvidos nele. Além do trabalho e dos meios de produção, resta dizer que existe uma relação de produção específica entre esses dois elementos. De maneira simplificada, as **relações de produção** são as organizações de cada sociedade que regem a forma de relacionamento entre os trabalhadores, entre os trabalhadores e os meios de produção, e entre os trabalhadores e a divisão dos recursos produzidos.

Sendo assim, o **modo de produção** corresponde à forma de cada sociedade de garantir sua sobrevivência e é constituído pela união entre o trabalho, os meios de produção e as relações de produção específicas, sendo estas as principais responsáveis por diferenciar os vários meios de produção existentes. Adiante, observaremos essas diferenciações na nossa viagem

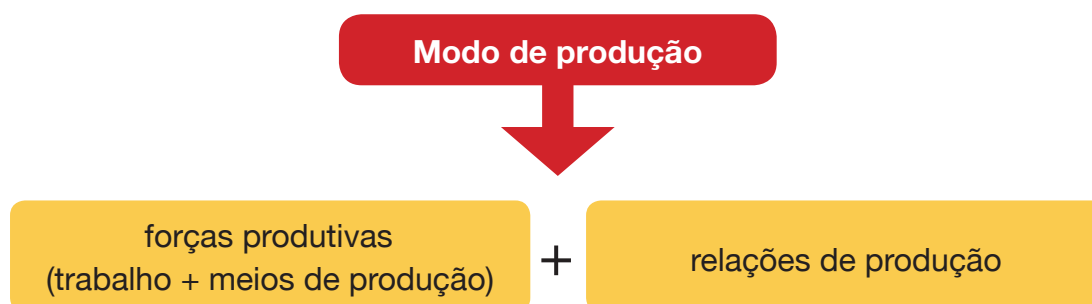


Podemos destacar a agricultura familiar como um modo de produção, tendo como benefício o cooperativismo. Na foto, família de agricultores em uma plantação de beterraba, no município de Apiaí, São Paulo, em 2009.

pelos diversos modos de produção, mas, por ora, para não esquecer esses elementos, atente para a representação a seguir:



Como a soma do trabalho realizado pelas pessoas e dos meios de produção podem ser chamadas de forças produtivas, ainda poderíamos representar o nosso esquema da seguinte forma:



Agora que já sabemos o que é modo de produção e quais elementos estão incluídos na sua constituição, estamos prontos para seguir viagem e olhar com outros olhos para a realidade que está diante de nós. Leve esses esquemas sempre com você e deixe que eles o auxiliem na compreensão de sociedades diferentes da nossa.

As sociedades tribais e o modo de produção comunal

A primeira parada da nossa viagem nos leva para uma região remota na Amazônia brasileira. Primeiro, deparamo-nos com muitos espaços naturais, quase não conseguimos notar elementos de intervenção humana que nos permitam chamar aquele espaço de “geográfico”, mas, aos poucos, reconhecemos resultados de trabalhos humanos. Visualizamos grandes moradias, que, pelo tamanho, certamente servem para abrigar mais pessoas do que as casas comuns em nosso tempo.



A oca é um tipo de habitação indígena, construída coletivamente para abrigar várias famílias.

Aproximamo-nos mais um pouco e passamos a observar muitas pessoas, são nativos das terras brasileiras, um dos vários povos que descendem de grupos que ocupavam o continente americano muito antes de as terras receberem esse nome, ou, melhor dizendo, muito antes da chegada dos europeus. Depois de um grande estranhamento, pois o grupo nos achava estranhos, pela nossa aparência, pelas nossas roupas e pela nossa fala, as pessoas começaram a se acostumar com a nossa presença e seguiram seus afazeres normalmente.

Entre os trabalhos realizados diariamente, estavam o plantio e o cuidado com as roças, a coleta de frutos de árvores, a produção de utensílios e de instrumentos de caça e pesca, a própria caça e pesca, entre outros. Como estamos interessados no modo de produção desse grupo, começamos a nos lembrar do conceito aprendido e a procurar seus equivalentes.

Já identificamos trabalhos diversos, como a caça, a agricultura, a coleta e a produção de casas, canoas, arcos e flechas. Estes três últimos objetos, não só são percebidos por nós como resultado do trabalho, mas também como meios de produção de outras ações, pois são realizados para tornar outros trabalhos possíveis.



A caça é uma das atividades do modo de produção de muitos povos indígenas. Na foto, indígena Tupi Guarani, Brasil.

Em outras palavras, uma canoa é fruto do trabalho quando ela é resultado dos esforços de modificação de um tronco de uma árvore e é meio de produção quando utilizada para alcançar águas profundas para realizar a pesca, tornando-se o instrumento necessário para esse trabalho. Da mesma maneira a lança é necessária para a caça e o cesto de palha trançada é necessário para acomodar os frutos colhidos.

Também percebemos uma divisão de funções nessa sociedade, pois normalmente

são os homens que caçam e produzem arcos, flechas e lanças, e as mulheres que cuidam das plantações, além de serem responsáveis pelo artesanato, como o fabrico de cestos e utensílios. Entre as diferenças, percebemos que não existem tantas profissões como na nossa sociedade e que os homens e mulheres adultos aprendem a atuar de diversas maneiras.

Todos os homens aprendem a pescar e caçar, assim como a produzir os seus instrumentos de trabalho e a transmitir conhecimentos para os meninos mais jovens. O mesmo acontece com as mulheres, que aprendem a cuidar da roça, a coletar alimentos e caçar pequenos animais, além de tecer cestos e preparar grande parte dos alimentos e de também transmitir conhecimentos para as mais jovens.

Outra diferença que chama nossa atenção diz respeito às relações de produção dessa sociedade. Todos trabalham, mas as relações de trabalho são diferentes daquelas a que estamos acostumados. Primeiro, não há hierarquia de funções entre os trabalhadores, até porque, como deixamos claro, as funções masculinas e femininas são executadas por todos e, assim, não



Marcelle Casal Jr/ABR

Uma das tarefas mais importantes dos adultos indígenas é passar seus conhecimentos para os mais jovens. Na foto, um pajé da cultura Kamayurá “raspando” (uma laceração da pele) do neto, no Alto Xingu, Mato Grosso, em 2011.

há quem comande e quem seja comandado ou quem planeje e quem execute; na verdade, todos executam as funções necessárias, atendendo mais à noção de comunidade do que à de obediência ao comando.

A relação com os meios de produção e com o que é produzido também é diferente da nossa forma de produzir riqueza. Os utensílios confeccionados não são de quem os produziu, mas de toda a comunidade. Não existe a noção de propriedade privada — que faz com que algo seja de uns, e não de outros: todas as posses são de todo o grupo, devendo ser utilizadas e usufruídas por todos.

Sendo assim, a riqueza produzida também é de todos, fazendo com que os peixes pescados, os animais caçados e os produtos da agricultura sejam consumidos de maneira coletiva em refeições preparadas para alimentar todas as pessoas da comunidade. Assim como não há propriedade privada, também não há o interesse de acumular as riquezas necessárias à alimentação, por isso não são pescados mais peixes do que o necessário para o consumo nem caçados mais animais além desse limite.

Essa falta de interesse em acumular, procurando apenas suprir as necessidades imediatas do grupo, faz com que essa sociedade tribal seja um modelo de **economia de subsistência**. Se, ainda assim, algo sobra depois que todos se alimentaram, o que existe a mais não é de nativo algum, mas é devolvido para a natureza ou é jogado no fogo.

Dessa forma, esse grupo não conhece diferença entre as pessoas além das diferenças biológicas, entre machos e fêmeas, e de algumas atribuições específicas dadas a partir do gênero. Não há um homem melhor do que outro ou uma mulher melhor do que outra, não existe alguém que governe nem qualquer tipo de diferença nesse sentido. Há posições de destaque conferidas aos mais velhos, uma vez que o conhecimento é transmitido sempre dos mais antigos para os mais novos e, certamente, também há diferenças entre pessoas e entre as suas habilidades, embora não confirmem vantagens de uns sobre os outros nem justificam qualquer tipo de dominação.

Na verdade, o que há é uma experiência de trato com a riqueza comum a todos, de forma que não existem ricos nem pobres. Graças a essas relações específicas entre os trabalhadores, os meios de produção e os recursos produzidos, esse modo de produção se diferencia dos demais e recebe o nome de **modo de produção primitivo**, ou **comunal**.

Entre esses dois termos, preferimos chamá-lo de **comunal**, uma vez as características que melhor definem esse modo são as relações de comunidade existente entre os membros do grupo, como se fossem todos uma grande família sem núcleos menores, e a utilização comum de todos os recursos,

fazendo com que tudo que seja produzido seja do grupo inteiro, e não de um indivíduo ou de apenas um subgrupo.

Outro fato que nos faz preferir o termo *comunal* é que a palavra *primitivo* dá a impressão errada de que esse modo de produção é inferior a outros que se desenvolveram depois dele, quando, na verdade, os modos de produção podem ser considerados melhores ou piores a depender do ponto de vista e do tipo de vantagem que se procura obter.

Se definirmos que o melhor modo de produção é aquele que consegue acumular mais riqueza, aquele que produz monumentos mais impressionantes ou ainda aquele que possui uma variedade maior de profissões e profissionais, então poderemos considerar o meio comunal inferior. Entretanto, se o nosso critério para avaliar o melhor meio de produção for a distribuição adequada da riqueza, a produção de relações harmoniosas entre os indivíduos que compõem o grupo e a capacidade de produzir de maneira sustentável, isto é, sem extinguir a fonte das riquezas e sem comprometer as produções futuras, então teríamos de considerar o meio comunal como o melhor que já existiu.

A nossa intenção, porém, não é avaliar os melhores modos de produção, e sim conhecê-los de maneira mais aprofundada e saber que eles possuem vantagens e desvantagens diversas. Você certamente pode escolher o seu favorito, mas, primeiro, vamos seguir viagem e ver o que há de diferente entre o modo de produção comunal e os que se desenvolveram posteriormente no tempo e no espaço geográfico.

Modo de produção asiático

Por esse nome, **modo de produção asiático**, você pode ter pensado que agora vamos nos deslocar para o outro lado do mundo, para o maior de todos os continentes, a Ásia. Mas a verdade é que esse modo de produção ganhou esse nome mesmo sem se realizar apenas nesse continente. No Egito Antigo, localizado, conforme você bem sabe, na região conhecida como **Oriente Próximo**, que inclui parte do norte da África, do Oriente Médio e do Mar Mediterrâneo, existiu esse tipo de modo de produção e é para lá que vamos agora.

Ao mencionar o Egito Antigo, várias imagens devem ter passado pela sua mente, a exemplo de faraós, pirâmides e múmias. Todas essas imagens correspondem à realidade e se relacionam de alguma forma ao meio de produção existente.

Uma primeira grande diferença em relação à comunidade de que saímos é que, nessa sociedade, existe uma grande diferença entre pessoas: algumas

são pobres, outras ricas, ou muito ricas, e outras ainda nem são consideradas pessoas, mas, sim, deuses — é o caso dos faraós, que, por serem considerados divindades vivas, tinham direito, naquela sociedade, a uma vida muito mais farta do que a das outras pessoas. Retomando o conceito que apresentamos no início do livro, podemos dizer que nessa sociedade existe tanto diferença quanto desigualdade.

A maior riqueza da sociedade do Egito Antigo provinha da fertilidade das terras banhadas pelas águas do Rio Nilo, e, **consequentemente**, a principal atividade econômica era a agricultura. Por meio do trabalho com a terra, produzia-se uma grande variedade de alimentos, como trigo, centeio, cevada, legumes, frutas, além de algodão e papiro, estes utilizados, nesta ordem, para a fabricação de tecidos e de uma espécie de papel, além de esteiras, sandálias e cordas.



No Egito Antigo, a forma de trabalho era regulada por normas teocráticas.

Entretanto, ao mesmo tempo que o rio era a maior fonte de riqueza, ele também podia gerar muitos problemas se as pessoas não aprendessem a conviver com o seu ritmo. Em outras palavras, era preciso estar preparado para as cheias, capazes de provocar grandes alagamentos, assim como para aproveitar as águas em locais um pouco distantes de suas margens.

Para tanto, os egípcios construíam grandes obras de adaptação do am-



O Rio Nilo teve um papel importantíssimo na civilização egípcia. Tudo que suas águas traziam era aceito como sagrado.

biente natural, proporcionado pelo rio, transformando-o em um espaço geográfico capaz de aproveitar as águas conforme as necessidades da população. O trabalho realizado, dessa forma, incluía não só a produção de alimentos e de instrumentos para essa produção, mas também grandes obras relacionadas ao Nilo. Eram produzidos diques, canais e represas, que procuravam regular a ação das águas e garantir alguma constância.

Essas grandes obras não podiam ser feitas de maneira desorganizada, era preciso que existisse um comando capaz de coordenar as forças e as tarefas que seriam realizadas. E é nesse ponto que retomamos a figura do faraó, pois era pela sua autoridade de deus vivo que senhores locais comandavam a construção das grandes obras hidráulicas, bem como das grandes pirâmides e outros monumentos.

Tais trabalhos eram possíveis não só pela existência de uma autoridade superior, mas também pela produção excedente de recursos para a sobrevivência. Como não era preciso envolver todas as pessoas dessa sociedade na produção de alimentos, sobravam trabalhadores para atuar em outras funções, como a construção de pirâmides e de obras hidráulicas e, inclusive, o comércio, tanto interno quanto com outros reinos.

No Egito Antigo, assim como na comunidade tribal que visitamos, não existia propriedade privada, ou seja, as terras, os meios de produção e as obras não pertenciam a senhores ou trabalhadores, nem eram uma posse coletiva. Todos os bens pertenciam ao Estado, personificado no faraó, que era dono de grande parte de tudo que fosse produzido.



O faraó era tido como uma divindade na Terra. Ele tinha autoridade em todas as camadas da sociedade egípcia.

Quanto à **mão de obra** que realizava todos esses trabalhos, era composta de servos e escravos, além de senhores, egípcios de famílias um pouco mais favorecidas que comandavam as atividades realizadas, fazendo valer a autoridade do faraó.

Se voltarmos à nossa definição de modo de produção, veremos que já possuímos os elementos capazes de diferenciar esse meio de outros. Identificamos, de início, vários trabalhos sendo realizados, a exemplo da agricultura, da construção e do comércio, e podemos subentender que todas essas atividades vão requerer meios de produção específicos para serem realizadas. Quanto às relações de produção, identificamos a não existência de uma propriedade privada, mas de um Estado possuidor das terras e dos meios de produção, capaz de intervir e comandar os trabalhos realizados.

Diferentemente das sociedades tribais, essas sociedades clássicas possuíam uma grande unidade e a capacidade de realizar grandes obras. Contudo, também existia nela muita desigualdade entre seus membros e grande disparidade no acesso ao que era produzido. Os servos e os escravos eram os grandes responsáveis pela obra, que garantia a transformação do espaço geográfico, mas nem por isso eram eles que ficavam com a maior parte da produção. Em seu lugar, eram os líderes responsáveis pela unidade que tinham direito de posse e de distribuição das riquezas resultantes do trabalho.

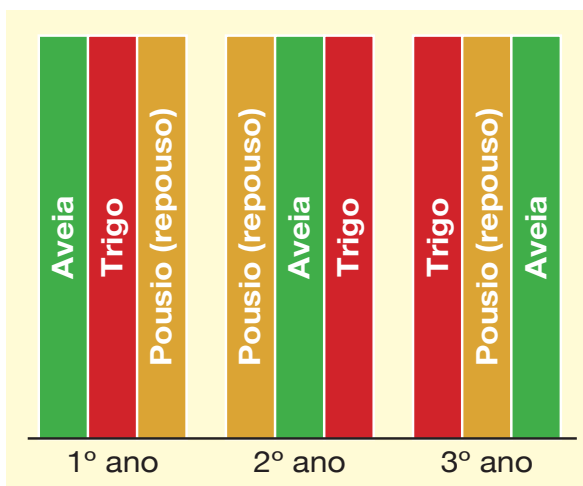
Enquanto nos agrupamentos tribais o trabalho não era algo separado de outras atividades sociais, já que fazia parte da vida cultural justificando-se por meio dos mitos e das artes, a relação entre sociedade e trabalho gerava, nesse contexto, um efeito diferente.

Nesse modo de produção, os trabalhos, principalmente os que necessitavam mais esforço físico, eram vistos como atividades inferiores a serem realizadas também por pessoas em situação de inferioridade — lembre-se de que não era o faraó ou a nobreza quem trabalhava. E mesmo os egípcios que exerciam trabalhos burocráticos, dedicavam-se, normalmente, a posições de comando, em que era necessário utilizar menos o esforço físico. Este, como vimos, ficava sob responsabilidade de escravos e servos.

Essas diferentes formas de valorizar o trabalho são aspectos que devem ser considerados e que vão ainda receber outras perspectivas ao seguirmos viagem e visitarmos mais um modo de produção. Agora, seguiremos para a Idade Média **européia**, na qual vamos apreciar algumas situações que nos ajudarão a compreender a forma específica de garantir a sobrevivência e de produzir riqueza nessa sociedade.

Modo de produção feudal

Acabamos de visitar um modo de produção marcado pela existência de um comando forte, centralizado e capaz de ordenar a execução de obras grandiosas e que certamente demandaram muito trabalho, tanto para a sua organização quanto para a execução. A realidade do trabalho que observaremos agora possui muitas diferenças, mas também algumas semelhanças, que identificaremos ao longo da nossa estadia em um **feudo**.



Ao lado, miniatura do livro das horas de Simon Bening, século XVI. Na agricultura medieval, era empregada a técnica de plantio chamada **sistema de rotação de culturas**, como demonstra a tabela acima, que visava não desgastar o solo e, portanto, melhorar a produção agrícola.



Você deve lembrar, pelas suas aulas de História, que o feudalismo é o modo de produção que caracteriza a Idade Média, e que esta, por sua vez, iniciou-se após a queda do Império Romano. Embora esse império não utilizasse o modo de produção asiático, ele também era, assim como no Egito Antigo, caracterizado pela existência de um comando forte capaz de executar grandes feitos. Com o seu fim, a sociedade se reorganizou em unidades de comando menores, fazendo com que, durante a Idade Média, existissem diversos feudos e, em cada um deles, uma organização produtiva que tentava ser **autossuficiente**, ou seja, cada feudo tentava suprir as próprias necessidades.

Se fôssemos utilizar uma metáfora, poderíamos dizer que, enquanto as sociedades como a do Egito Antigo ou do Império Romano eram um cobertor muito forte, longo e com fibras entrelaçadas, a sociedade feudal da Idade Média era uma colcha de retalhos cuja totalidade era formada pela união de

pequenos pedaços de tecido. Na colcha de retalhos, cada porção de tecido representa um comando específico, ainda que todos estejam unificados, formando uma organização.

Para conhecermos melhor a forma de produzir riqueza e garantir a sobrevivência dessa sociedade, visitaremos um desses pequenos retalhos, ou, melhor dizendo, uma unidade produtiva, um feudo. Ao chegarmos, perceberemos com rapidez a ação humana transformando o espaço natural em espaço geográfico. Isso porque, mesmo a uma longa distância, era possível visualizar um grande castelo com uma grande torre e cercado de muralhas que nos fizeram perceber que nem todos poderiam entrar e sair do castelo quando bem desejassem.

Na verdade, o castelo que vimos servia de moradia para o senhor feudal, um nobre que era dono das terras, e para sua família, mas não para os servos, que viviam em casas muito menores localizadas fora dos muros que cercam a propriedade do senhor e mais próximos dos bosques e das lavouras.

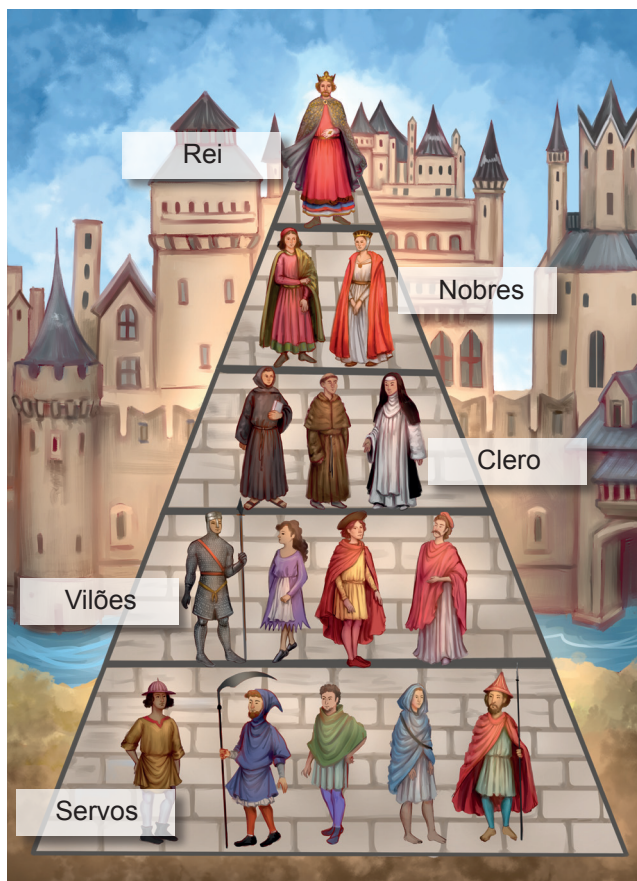
A palavra *castelo* origina-se do termo *castellum*, que se refere a uma estrutura capaz de garantir a proteção, e, de fato, esta era uma das funções do castelo, como veremos mais adiante. Essa grande propriedade também

era um sinal de poder, pois quem o possuía era também dono das terras vizinhas, das lavouras, dos bosques, das pequenas casas onde viviam os camponeses e de uma boa parte do que era produzido em seus domínios.

Dessa descrição inicial, já conseguimos perceber dois grupos que formam essa sociedade: de um lado, estão os **senhores feudais**, geralmente parte da nobreza; de outro, os trabalhadores, que, nesse caso, são **servos**, em maioria. Ainda há outro grupo importante que ajuda a equilibrar a sociedade do período, que é o **clero** ou, em outras palavras, os que faziam parte da Igreja Católica diretamente, como padres, frades e bispos.



Reprodução
Miniatura do livro das horas (*Les très riches heures*) do Duque de Berry, século XV. Na imagem acima, podemos ver os servos cuidando da lavoura. Eram encarregados de sustentar, totalmente, a hierarquia feudal.



A estrutura da sociedade feudal era estamental e hierarquizada.

Cada um desses grupos sociais possuía uma função. Enquanto o clero era encarregado da salvação espiritual de todos e de zelar pela garantia de uma vida seguindo os preceitos religiosos, a função da nobreza era proteger o feudo e os que trabalhavam nele de ameaças internas e externas, sobrando para os servos a função de trabalhar e produzir os recursos necessários para que os três grupos pudessem executar as suas funções de maneira apropriada. Como estamos interessados, ao longo desta nossa viagem, no modo de produção, voltaremos nossa atenção principalmente para os senhores feudais e os servos, que protagonizam as relações de trabalho.

A maior parte desses servos era composta de camponeses, o que quer dizer que trabalhavam no campo, retirando da terra e dos animais que vivem nela a base para o sustento do feudo. Um elemento muito importante, que percebemos logo ao chegar às terras do senhor medieval, é que a maior parte das atividades de produção está realmente relacionada com a terra, destacadamente a agricultura, de forma que podemos classificar essa sociedade como uma sociedade agrária.

No feudo, a maior parte dos servos ocupava-se em plantar, colher, arar a terra, criar animais e beneficiar alguns produtos dessas culturas. Da criação de ovelhas, por exemplo, beneficiava-se a lã, utilizada para a produção de roupas, e obtinha-se queijo a partir do leite. Quando destinado para o abate, o rebanho ainda poderia fornecer carne para a alimentação do grupo.

Além dos camponeses, alguns servos trabalhavam diretamente para os senhores feudais, cuidando da manutenção do castelo, bem como servindo diretamente o senhor e toda a sua família. Eram ferreiros, costureiros, cozinheiros, cavaleiros, criados, além de muitas outras ocupações comuns no período.

A situação dos servos possuía algumas vantagens em relação à condição dos escravos, que eram os principais trabalhadores no Egito Antigo, de onde acabamos de sair, e no Império Romano, que antecedeu o período medieval. Os servos não eram propriedade do senhor feudal, de forma que esses nobres não tinham sobre os camponeses os mesmos direitos que o faraó tinha sobre os escravizados pelo seu regime. Mesmo não sendo propriedade do dono senhor feudal, os servos e os escravos estavam em uma posição social muito menos privilegiada. Podemos dizer que, em geral, os senhores feudais eram ricos e os camponeses eram pobres, fazendo com que, nessa sociedade, existisse tanto diferença quanto desigualdade.

Entre os elementos que justificam, nessa conjuntura, a melhor condição de vida dos senhores está a **posse da terra**. Como era uma sociedade agrária, cuja maior parte da riqueza vinha da terra, que era propriedade da nobreza, a maior parte da riqueza também ficava para seus senhores. Assim como os escravos, os servos trabalhavam muito e produziam muita riqueza, mas podiam usufruir apenas de uma mínima parte do que era produzido.

Se a terra dos senhores lhes garantia riqueza, era a posse dos instrumentos de trabalho que garantia aos camponeses a sua sobrevivência. Graças à posse das ferramentas necessárias para trabalhar a terra, como arados, enxadadas, animais de tração, entre outros, os servos podiam ficar com parte da produção, ao passo que a outra parte deveria ser entregue ao senhor, como forma de imposto pelo uso das terras cedidas para a moradia e para o cultivo, um imposto que recebia o nome de **talha**.



Ilustração que retrata as relações de trabalho no feudo, *Bíblia Morgan*, século XIII. Os servos podiam ficar com uma parte da produção, mas esse tipo de divisão gerou várias revoltas durante a Idade Média.

Além dessa parcela da sua própria produção, os servos ainda deveriam separar alguns dias na semana para produzir em terras do feudo que eram separadas para o usufruto exclusivo do senhor e da sua família. Toda a produção realizada nessa terra deveria ser entregue ao comando feudal sem que os trabalhadores ficassem com qualquer parte, uma obrigação chamada de **corveia**.

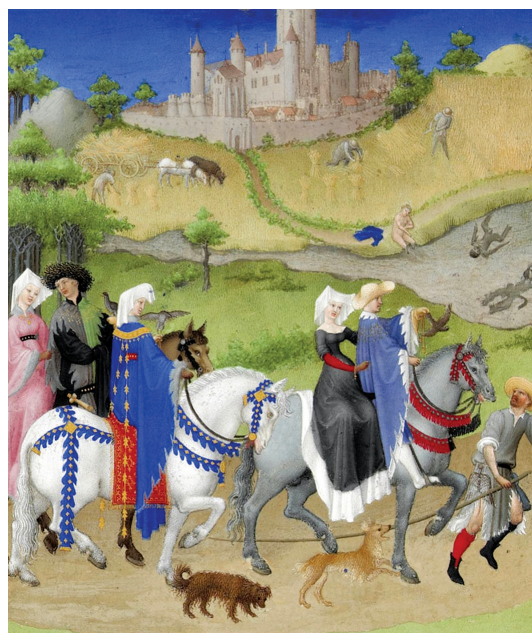
Somadas à talha e à corveia, ainda estavam a **banalidade**, que era uma taxa para o uso de equipamentos do senhor feudal, a **capitação**, um imposto pago pelo número de pessoas em cada família, e o **censo**, um tipo de aluguel pelo uso da terra. Descobri-

mos tudo isso, pois chegamos ao feudo justamente em um período de colheita de grãos, momento em que os camponeses deveriam cumprir grande parte das suas obrigações em relação à nobreza.

Observamos a situação por uma semana inteira e nela vimos os servos colherem o trigo durante dois dias, fazendo uso dos seus instrumentos nas terras ocupadas por eles. Logo após a colheita, uma parte dos grãos foi separada e enviada diretamente para o castelo, era a talha, um primeiro pagamento referente ao produto retirado das terras do senhor.

No dia seguinte, as sacas de grãos que ficaram para a família de servos precisavam ser beneficiadas, ou seja, transformadas em farinha primeiro e depois em pão e outros preparos. Aconteceu, entretanto, que os servos não eram donos do moinho necessário para transformar os grãos de trigo em farinha nem do forno em que os pães seriam assados. Assim, como pagamento pela utilização desses artefatos, algumas das sacas de farinha produzidas ficavam para o senhor feudal, era o pagamento da banalidade.

Da parte que ficava com os servos, ainda era preciso retirar o quantitativo para pagar o censo (aluguel da terra) e para pagar pela capitação, fazendo com que, quanto mais filhos um camponês possuísse, maior precisasse ser a sua contribuição. Depois de todo esse trabalho de colheita, beneficiamento e pagamento, a semana ainda não tinha acabado, era preciso realizar a corveia, ou seja, os camponeses precisavam realizar pelo menos mais dois dias



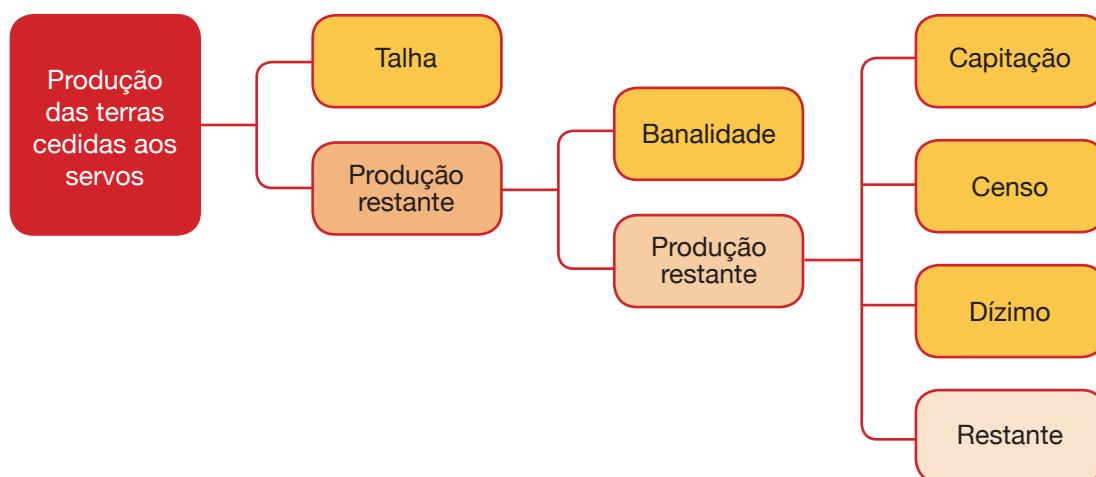
Reprodução

Miniatura do livro das horas (*Les très riches heures*) do Duque de Berry, século XV. Uma série de impostos era paga pelos servos para que pudessem usar as terras e ferramentas e obter proteção dos senhores feudais.

de trabalho para garantir a colheita também nas terras do senhor, sendo que, desta vez, nada do que era produzido ficava para os trabalhadores.

No sexto dia da semana, os servos voltam para as terras cedidas para sua moradia e cultivo e precisam recomeçar o trabalho, limpando o terreno em que ocorreu a colheita e preparando a terra para um novo plantio. O domingo finalmente chega e, com ele, um dia para descansar do trabalho físico, mas sem se esquecer das obrigações religiosas. É dia de ir à igreja, assistir à missa, pedir perdão pelos pecados e também pagar o **dízimo**, uma obrigação devida à Igreja e que retirava mais uma parte do pouco que havia sobrado para os servos.

Note que todas as obrigações descritas que podem ser vistas como tipos de impostos foram pagas sem a utilização de uma moeda, usando os próprios recursos produzidos como valor para a quitação de todos os compromissos do servo.



Depois de conhecermos alguns processos e tributos ligados ao trabalho no modo de produção feudal, percebemos que o trabalho dos servos é árduo e que, mesmo assim, gera pouca riqueza diretamente para eles. Mesmo que melhor que a dos escravos, já que pelo menos os servos não são vistos como propriedades, a condição de vida deles não é, de forma alguma, fácil ou confortável.

Talvez você tenha se perguntado o motivo de os servos aceitarem todos esses tributos sem se revoltar contra a autoridade dos senhores feudais. Esta é, de fato, uma pergunta feita por muitos historiadores que tentam compreender o momento. Alguns deles argumentaram que a aceitação se devia à força do terceiro setor da sociedade, a Igreja.

O pensamento religioso da época afirmava que a organização da sociedade era decorrente da vontade divina, de forma que questionar a sociedade era também questionar a autoridade de Deus. Nessa sociedade, o trabalho não era visto com bons olhos, ou seja, não era considerada uma atividade honrosa, mas um infortúnio a que os servos precisavam se submeter para não desagradar ordens divinas.

Ainda poderíamos ver e procurar entender muitos elementos desse período, contudo precisamos seguir viagem e conhecer mais um modo de produção, não sem antes relacionar a realidade dos feudos aos conceitos que estão guiando a nossa jornada.

Vimos que os trabalhos realizados são principalmente agrários, fazendo com que a terra seja o bem mais precioso para o período e com que os donos das terras sejam os mais ricos dessa sociedade. De fato, vimos que são os senhores feudais que ficam com a maior parte da riqueza produzida pelos servos, que precisam retribuir, de muitas formas, o uso e a ocupação dos campos.

Quanto aos meios de produção, além da própria terra, que é dos senhores, os instrumentos de trabalho costumam ser dos servos, com exceção daqueles mais complexos, como moinhos e fornos, que também tendiam a ser dos senhores, gerando uma retribuição para os nobres caso os camponeses precisassem utilizá-los.

As **relações de produção feudal** envolvem senhores e servos que se aproximam e se unem por meio de obrigações distintas. Vimos que os servos devem trabalhar e pagar diversos tipos de tributos, ao passo que a obrigação dos senhores é garantir a proteção dos servos contra ameaças externas, como guerras e invasores, e internas, como fome, fazendo com que o senhor tivesse de prover alimento armazenado nas grandes reservas do castelo.

Reprodução



Iluminura *A feira de Lendit* (autor desconhecido), século XIV. A Igreja dominava tanto o lado espiritual como material, possuindo um grande montante de terra, que era fonte de poder político.

Assim, em resumo, o modo de produção feudal é a forma de produzir riquezas característica da maior parte da Idade Média, baseada na servidão como forma predominante de trabalho, na terra como principal riqueza e na propriedade dividida dos meios de produção, sendo os meios mais valiosos dos senhores feudais e os mais simples dos trabalhadores.

O objetivo da produção era garantir o sustento do feudo, mas, com a sofisticação de algumas técnicas e processos produtivos, a geração de um

excedente, ou seja, a produção de uma quantidade maior do que era necessário para o consumo, estimulou o comércio. Ainda durante a Idade Média, iniciou-se a expansão das atividades comerciais realizadas tanto por meio de trocas quanto de moedas que começavam a se desenvolver a fim de facilitar as transações.

O comércio em ascensão, por sua vez, fez surgir um novo grupo social, que se somou aos nobres, aos servos e ao clero: surgiram os primeiros burgueses. Neste momento, esses burgueses são personagens secundários, mas, no nosso próximo destino, esse grupo será o principal definidor na forma de produção e da maneira como se darão as relações de trabalho.



O agiota e sua mulher, de Quentin Matsys, século XVI. Com o surgimento do mundo urbano na Idade Média, ergueu-se uma nova categoria social para o habitante da cidade: a **burguesia**.



Detalhe da miniatura do livro das horas (*Les très riches heures*) do Duque de Berry, século XV. O conhecimento da necessidade de outros feudos e o próprio trabalho fizeram com que nascesse uma nova profissão: os comerciantes. Na imagem, trabalhadores tosquiando ovelhas para a produção de lã, função desempenhada paralelamente à colheita de cereais diversos.



Reflexão

1 Ao longo da sua história, a humanidade sempre trabalhou. Essa afirmação não é feita a partir de uma visão que valoriza o trabalho, mas a partir da percepção de que é pelo trabalho que a humanidade produz os recursos necessários para garantir a sobrevivência. Dessa forma, a humanidade sempre trabalhou, pois sempre foi necessário trabalhar. O que mudou, também ao longo da história, foi a forma como o trabalho foi percebido e realizado. Nesse sentido, explique o que é um modo de produção e como os modos de produção podem ajudar a compreender as diferentes formas de trabalhar.

2 “O modo de produção feudal, tal como apareceu na Europa Ocidental, deixava em geral aos camponeses apenas o espaço mínimo para aumentarem o produto de que dispunham dentro das duras limitações do sistema senhorial.”

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1980, p. 208.

O texto caracteriza o modo de produção feudal, destacando que:

a havia classes distintas e opostas no feudalismo, embora a luta social fosse atenuada pelas amplas oportunidades de lucro que os senhores ofereciam aos camponeses.

b as relações de suserania e vassalagem e o caráter rural do feudalismo eliminaram as cidades e provocaram o declínio do comércio e das atividades de serviço.

- c** a possibilidade de melhoria da condição econômica dos camponeses era bastante restrita, devido ao conjunto de obrigações que estes deviam prestar aos senhores.
- d** as longas jornadas de trabalho nas lavouras e a ampla gama de impostos impediam os camponeses de ascenderem socialmente e provocavam a ruína dos senhores de terras.
- e** havia oportunidades de transformação social no feudalismo, embora os camponeses raramente as aproveitassem, pois preferiam se dedicar prioritariamente ao trabalho.

3 Relacione os termos e as suas definições e, em seguida, marque a alternativa que contenha todas as relações **corretas**.

1. Modo de produção.
2. Meio de produção.
3. Trabalho.
4. Força de produção.

- () Recursos e instrumentos necessários para a realização do trabalho.
- () Atividade produtiva capaz de transformar o espaço natural em espaço geográfico.
- () Soma do trabalho aos instrumentos e recursos necessários para realizá-lo.
- () Forma de cada sociedade garantir sua sobrevivência e sua produção de riquezas.

Marque a **sequência correta** de relações:

- a** 2, 1, 3, 4.
- b** 1, 3, 4, 2.
- c** 2, 1, 4, 3.
- d** 2, 3, 4, 1.
- e** 3, 2, 4, 1.

4 (Uern – adaptada) “Assim como no Egito, na Mesopotâmia a agricultura foi a principal atividade econômica praticada pela população. O Estado era

responsável pelas obras hidráulicas necessárias para a sobrevivência da população, bem como pela administração de estoques de alimentação e pela cobrança de impostos [...].”

VICENTINO, Cláudio. *História Geral e do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Scipione. 2010. p. 60-455.

“[...] a base da economia Inca estava nos Ayllu, espécie de comunidade agrária. Todas as terras do império pertenciam ao Inca, logo, ao Estado. Através da vasta rede de funcionários, essas terras eram doadas aos camponeses para sua sobrevivência. Os membros de cada Ayllu deveriam, em troca, trabalhar nas terras do Estado e dos funcionários, nas obras públicas e pagar impostos.”

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Caminhos das civilizações – história integrada: Geral e do Brasil*. São Paulo: Atual, 1998.

De acordo com o materialismo histórico preconizado por Marx e Engels, o modo de produção que aparece descrito parcialmente nos trechos anteriores é o:

- a feudal.
- b asiático.
- c primitivo.
- d escravista.
- e capitalista.

5 Ao tratar do modo de produção de grupos indígenas, é possível denominá-lo tanto de **modo de produção primitivo** quanto de **modo de produção comunal**. Explique por que a última denominação tem sido mais utilizada na atualidade.



O modo de produção capitalista explicado por dois teóricos

Nossa última parada é também a nossa volta. Desde o primeiro modo de produção visitado, começamos a nos aproximar temporalmente dos dias atuais e, agora, trataremos do modo de produção mais comum nas nossas sociedades, o **modo de produção capitalista**. Esse modo de modificar a natureza e extrair dela os recursos necessários à sobrevivência, assim como todos os outros modos de produção, modificou-se ao longo do tempo, de modo que algumas características do capitalismo hoje são diferentes de outras comuns 200 anos atrás.



O touro de *Wall Street*, em Nova York, simboliza o modelo capitalista norte-americano.

robert taccetti/Shutterstock.com

3



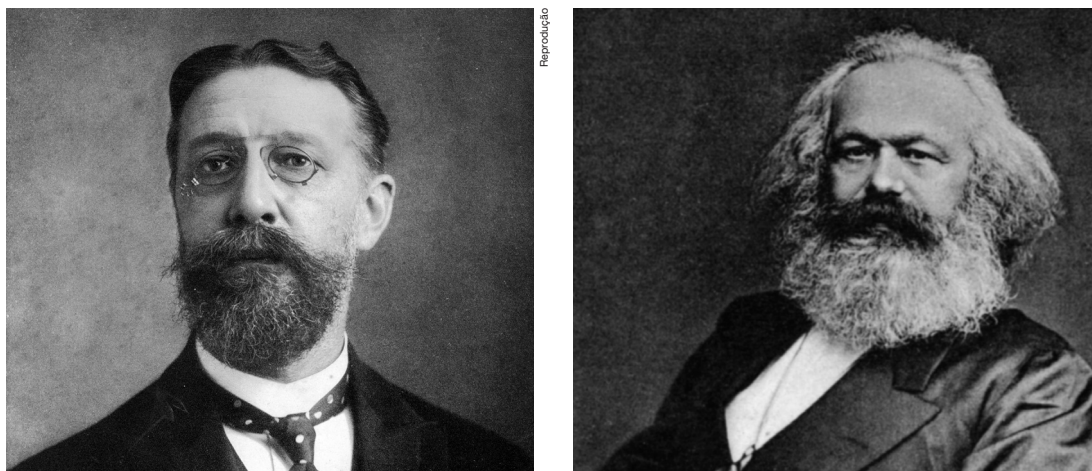
Dessa forma, observar o modo de produção durante a Revolução Industrial ou durante os dias de hoje certamente nos faria perceber algumas diferenças. Ainda assim, a forma de produção de riqueza desses dois períodos continua recebendo o mesmo nome, isso porque, além das diferenças, os elementos caracterizadores do modo de produção têm-se mantido.

Em outras palavras, as formas de trabalho, os meios de produção e as relações específicas entre os trabalhadores e esses elementos continuam mantendo alguma constância, como começaremos a ver, a partir de agora. Para tratar desse modo de produção, iniciamos um novo capítulo, uma vez que é essa forma de produzir riqueza e transformar a natureza que influencia a forma como vivemos na nossa época, como trabalhamos e como entendemos muitos elementos do mundo.

Muitos pensadores dedicaram suas obras a compreender esse modo de produção e suas influências sociais. Entre eles, citaremos dois sociólogos clássicos, Max Weber e Karl Marx, cujos trabalhos influenciam até hoje estudiosos, pesquisadores e curiosos que conseguem retirar das obras desses pensadores explicações para compreender a sociedade em que vivemos e as transformações pelas quais ela passa.

A obra de Marx e de Weber voltou-se para o capitalismo, mas cada um deles olhou para a realidade por um ponto de vista diferente, o que não faz com que os conteúdos produzidos sejam melhores ou piores, mas apenas mais úteis para uma ou para outra abordagem. Weber observou o capitalismo com um enfoque **culturalista**, ou seja, ele estudou o estabelecimento desse

modo de produção a partir do olhar para a cultura da época. Marx, por sua vez, tratou do surgimento do capitalismo por um olhar para a **sequência** histórica de formas de produzir riqueza.



Weber (à esquerda), e Marx (à direita). A teoria de ambos influencia até hoje discussões em torno da economia e do estilo de vida social.

Enquanto para Weber o capitalismo foi gerado principalmente pela situação cultural do período, para Marx seu estabelecimento se liga principalmente a um percurso histórico que foi desenvolvido há muito tempo. Essas abordagens não se excluem, ou seja, não se negam, podendo ser utilizadas em conjunto para explicar diferentes fenômenos sociais.

Nas passagens anteriores deste livro, quando conceituamos modo de produção e buscamos conhecer diferentes formas de compreender a produção de riqueza por meio da História, já estávamos aplicando noções produzidas por Marx. Pois, assim como ele, adotamos uma perspectiva histórica de alteração das formas de produção e utilizamos conceitos que foram muito desenvolvidos graças à sua produção, como as **ideias** de modo de produção, meios de produção e relações de produção.

Weber e o surgimento do capitalismo

Um elemento importante para começarmos a entender o que Weber quis dizer é saber que ele compreendia o capitalismo não como um simples modo de produção, mas como a forma de civilização típica do mundo moderno

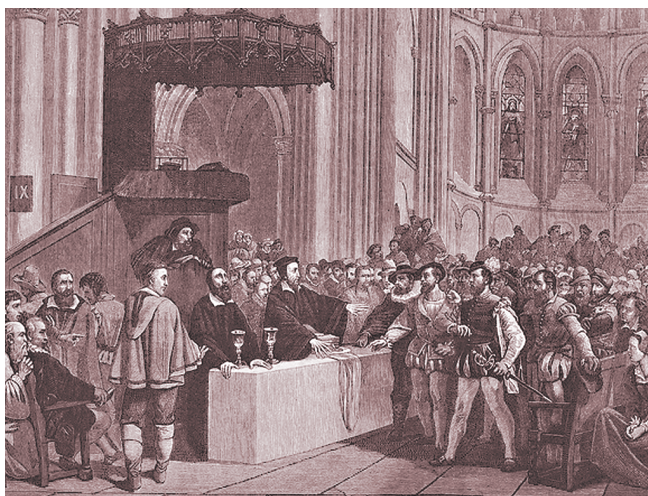
ocidental. Assim, para ele, o capitalismo não deveria ser visto apenas como uma forma de produzir riqueza e modificar a natureza, mas como uma organização de tudo o que existe em uma sociedade. O capitalismo estaria tanto nas relações de trabalho quanto na ciência, nas artes, nas escolas e nas relações familiares, por exemplo.

Para Weber, o que gerou as condições para a civilização capitalista se desenvolver foi um modo de pensar que se estabeleceu na Europa depois da Reforma Protestante, principalmente por meio dos calvinistas. Os seguidores de João Calvino teriam, dessa forma, contribuído não só para alterações de ordem religiosa, mas também para a fundação de uma nova civilização.

Talvez agora você tenha ficado um pouco confuso, já que, para explicar um modo de produção, ou melhor, de civilização, Weber trata como um movimento religioso. Para contornar essa possível dúvida, procure lembrar que a abordagem de Weber é **culturalista** e que, por isso, a explicação formulada por ele para o capitalismo está na cultura social da época em que essa forma de organização se estabeleceu.

Tentando explicar o capitalismo, muitos pensadores acreditaram que era o impulso para produzir riquezas e o desejo de ter grandes lucros que geraram as condições para que a sociedade capitalista surgisse. Mas Weber discordava dessa ideia. Para ele, esses interesses são comuns a todas as pessoas, em todos os tempos e sociedades e, como o capitalismo não surgiu em todos os tempos e sociedades, mas especificamente no Ocidente, durante a Idade Moderna, deveriam existir outros motivos envolvidos.

É nesse ponto que voltamos a falar da Reforma Protestante, pois, além de todas as transformações religiosas, ela ainda alterava a forma de compreender o trabalho. Você deve lembrar que, durante a nossa viagem, passamos por muitos lugares em que o trabalho não era uma atividade valorizada, sendo realizada por escravos que não possuíam escolha ou por servos que acreditavam que o trabalho era uma pena que deveria ser suportada para não desrespeitar a vontade divina.



Calvino recusa a última ceia aos libertinos (autor desconhecido), século XIX. No centro da imagem, João Calvino, teólogo cristão francês, que influenciou o pensamento burguês. Uma de suas ideias pregava que o homem prosperava perante Deus com o esforço do trabalho.

Reprodução



Dieta de Worms, de Anton von Werner, século XIX. Na imagem, Lutero está na cidade de Worms, na atual Alemanha, defendendo suas **ideias** reformistas perante o rei. Tal acontecimento resultou no **Edito de Worms**, que foram os anúncios contendo suas propostas para a reforma religiosa da Igreja Católica, pregados em locais públicos.

Nesses lugares, um trabalho ou uma profissão não eram percebidos da mesma forma que são hoje, pois nossa forma de compreender a importância e o valor do trabalho é típica da sociedade capitalista e diferente daquela das sociedades escravistas e feudais. Para Weber, foi justamente o pensamento protestante que provocou essa mudança, pois, a partir dele, o trabalho deixou de ser percebido como uma forma de castigo e passou a ser visto como um sinal da proximidade entre o homem e Deus.

Para o pensamento calvinista, uma pessoa que trabalhasse muito, produzisse riquezas e usasse o que foi economizado para produzir ainda mais teria, nesse sucesso econômico individual, um sinal de que é um dos escolhidos de Deus. Em outras palavras, nesse ponto de vista, trabalhar muito é algo louvável, e não vergonhoso ou penoso.

Por conta desse pensamento, a ética protestante orientava os fiéis, na época principalmente burgueses, a trabalharem bastante, produzirem riquezas e pouparem-nas vivendo uma vida sem luxos, pois o lucro do trabalho não deveria ser usufruído como recompensa, mas utilizado para produzir mais riquezas, até porque era o próprio trabalho e o seu sucesso que deveriam ser entendidos como recompensa. Quem adotava essa mentalidade era, então, estimulado a perseguir o sucesso econômico ao mesmo tempo e, pelo mesmo caminho, pelo qual se buscava uma certeza religiosa.

Assim, a maneira de agir influenciada pela religião repercutiu na organização social da época, gerando um grande grupo de trabalhadores dedicados, poupadores e investidores, que foram a base para sérias mudanças

de ordens econômica e técnica. O interesse constante de acumular bens e reinvestir a riqueza, a longo prazo, gerou uma sociedade com excedentes e disposição, que contribuíram para que a Revolução Industrial acontecesse.



A fundição (*ciclope moderno*), de Adolph Menzel, século XIX. A Inglaterra foi pioneira na Revolução Industrial, pois já tinham ocorrido no decorrer de sua história mudanças sociais, econômicas e políticas.

Weber afirma, então, que essa mentalidade protestante gerou grandes transformações na sociedade, indo além do grupo de reformistas e atingindo a forma como toda a sociedade se organiza e constrói valores. Um bom exemplo dessa transformação pode ser percebido no sentido da palavra *vocação*.

Durante a Idade Média, o termo era utilizado, principalmente, em um sentido religioso para se referir ao chamado que os membros do clero sentiam ou para indicar que a vocação da humanidade, de maneira geral, era alcançada por meio da contemplação do divino e da oração. No luteranismo, em oposição, a palavra passou a se aproximar da ideia de profissão.

O pensamento luterano dizia que as pessoas não eram chamadas apenas a contemplar e a rezar, mas também a contribuir para o mundo com o seu trabalho. É dessa ampliação do sentido da palavra que vem a noção atual de vocação. Quando uma pessoa realiza um **teste vocacional**, por exemplo, ela está interessada em descobrir a profissão ou a área de trabalho em que melhor poderia aproveitar suas aptidões e contribuir com a sociedade.

Note que essa ideia de teste vocacional, originada na mudança de concepção do termo, não atinge apenas luteranos, calvinistas ou protestantes em geral, mas é amplamente compreendida e aceita em toda a sociedade. Isso ocorre, pois, com o tempo, como dissemos, algumas mudanças de pensamento trazidas pela Reforma Protestante e influenciadas pelo pensamento capitalista passaram a ser comuns também em pessoas de outras religiões.

Nenhuma dessas mudanças, entretanto, é mais importante do que a transformação do significado do trabalho. Utilizando os conhecimentos desenvol-

vidos por Weber, poderíamos afirmar que foi por conta da diferença influenciada pela Reforma Protestante, que hoje os trabalhadores e as profissões adquiriram tanta importância. Indo além, e ainda utilizando as **ideias** de Weber, poderíamos dizer que aquela pergunta que iniciou nossa conversa, “O que você vai ser quando crescer?”, só faz sentido porque, nesta sociedade em que vivemos, os trabalhos e as profissões motivam e interessam as pessoas.

Não esperamos que filhos de servos ou senhores do período medieval nem que filhos de escravizados ou dos faraós egípcios se preocupassem com o que fariam quando crescessem, pois, de uma forma ou de outra, essa pergunta não fazia sentido. Os filhos dos grupos privilegiados sabiam que provavelmente nunca precisaram realizar trabalhos, no sentido físico, ao passo que os filhos dos grupos trabalhadores já estariam executando suas funções desde muito cedo, sem que esse trabalho fosse visto como um sonho ou uma realização.



Ilustração da revista francesa *Magasin Pittoresque*, de 1843, de uma menina arrastando um carrinho com carvão, retratando a exploração do trabalho infantil na Revolução Industrial.

Em outras palavras, o sonho de ser médico, astronauta ou engenheira (todas profissões que geram um *status* social elevado) existe porque esses trabalhos são vistos como importantes para a sociedade e dignos de muito valor. E esse sonho só faz sentido em uma sociedade que aprecia o trabalho e os trabalhadores.

É claro que, mesmo numa sociedade que valoriza o trabalho, algumas profissões e ocupações não são bem vistas, o que Weber explica, como falamos no início do livro, nos conceitos de **status** e **estratificação social**. Mas, se pensarmos um pouco, poderemos concordar que mesmo as profissões com menor *status* são mais bem-aceitas pela sociedade do que o **não trabalho**. Por esse motivo, dizer que uma pessoa é muito trabalhadora, em nossa sociedade, é um elogio, independentemente do trabalho realizado e, em sentido oposto, dizer que alguém não quer ou não gosta de trabalhar sinaliza um defeito de tal pessoa.

Em resumo, podemos dizer que, na visão de Weber, o impulso de produzir riquezas e de gerar lucro, que é comum a todos, encontrou auxílio na mentalidade e na ética protestante para desenvolverem juntos um modo novo de relacionamento com o trabalho. A nova visão coloca o trabalho em um local privilegiado e ligado não só ao sucesso econômico pessoal, mas também ao sucesso espiritual. Esse conjunto de influências e modificações do campo da cultura não só instituiu um novo modo de produção, mas gerou uma civilização diferente, a civilização capitalista ocidental moderna.



O retorno do batismo, de Le Nain, século XVII. Segundo Max Weber, para os protestantes, o sucesso financeiro estava intrinsecamente associado ao sucesso espiritual.

O capitalismo para Marx

Já dissemos que a maneira como observamos os diversos modos de produção de que tratamos foi influenciada pela visão marxista, ou seja, pelas ideias desenvolvidas ou organizadas na obra de Marx. Por isso, nesta seção, voltaremos a falar dos conceitos que entendemos anteriormente: modo de produção, meio de produção e relações de produção.

Antes, porém, de chegarmos à aplicação desses elementos à realidade capitalista, é válido compreender, agora a partir do ponto de vista de Marx, os motivos para o surgimento desse modo de produzir riquezas. Essa explicação parte da nossa última parada, a sociedade feudal, por isso precisaremos retomar alguns aprendizados.

Você lembra que os principais trabalhadores da sociedade feudal, os servos, estavam ligados aos donos da terra por uma série de pactos. Além dos vários tributos e das obrigações que precisavam ser pagos e cumpridos, existia ainda um compromisso de ordem social que apontava o que os trabalhadores, os senhores feudais e o clero deveriam fazer para garantir que a sociedade permanecesse organizada.

Assim, mesmo que os trabalhadores não fossem escravizados, ainda existia alguma necessidade de libertação ou emancipação dos compromi-

tos morais e tributários da época. Para Marx, essa emancipação pode ter ocorrido de mais de uma forma, como por meio do crescimento populacional, fazendo com que a terra disponível não fosse suficiente para produzir os alimentos necessários para garantir a subsistência de todo o feudo e obrigando as pessoas a saírem em busca de outras formas de garantir o sustento.

Ainda pode ter sido motivo dessa liberação dos servos, segundo Marx, a expulsão direta dos camponeses pelos senhores feudais e o empobrecimento e endividamento de alguns camponeses, que deixavam de ser capazes de saldar as obrigações servis, levando muitos à prisão ou à morte por dívida. Qualquer uma dessas explicações conduzem para uma situação em que o equilíbrio daquela sociedade estava se rompendo e, com ele, a forma de produção de riqueza.



O *vagão da colheita*, de Thomas Gainsborough, século XVIII. Os camponeses, expropriados do campo, migravam para os centros urbanos, tornando-se um alvo fácil para os donos de fábricas: ou mendigavam ou se submetiam a salários e condições miseráveis de trabalho.

Ao serem separados do seu papel no feudo, os camponeses também perdiam a posse dos meios de produção, que incluíam principalmente simples utensílios agrícolas e poucos animais. Esses dois exemplos de meios de produção mostram como as posses dos camponeses estavam ligadas à terra e o quanto a separação dela representava também o afastamento daquele modo de produção, pois não adiantava muito manter a posse de ferramentas e um pequeno rebanho se faltava um espaço apropriado para utilizá-los.

Por causa dessas separações, os camponeses já não tinham terra onde trabalhar, rebanhos ou utensílios. O principal recurso à disposição passou a ser a própria força de trabalho. Em outras palavras, surgia, em grande quantidade, um novo tipo de trabalhador, que, para garantir a própria subsistência, deveria trocar a sua capacidade de realizar tarefas por alguma forma de remuneração.

Para Marx, são estas as duas características fundamentais que levam ao estabelecimento do modo de produção capitalista: a formação de uma massa de trabalhadores livres e a separação entre o trabalhador e a posse do meio de produção.

Mas, mesmo tendo falado de como o capitalismo surgiu, ainda não falamos sobre as suas características. Sabemos que, para Marx, o capitalismo é um modo de produção pelo qual a humanidade garante os recursos necessário à sua sobrevivência. Falta entender de que modo as relações de trabalho se dão, ou seja, de que forma esse modo de produção relaciona o trabalho, os meios de produção e os trabalhadores.

Uma maneira bastante simplificada de transmitir as **ideias** de Marx é definir o capitalismo como um modo de produção em que os meios de produção são **propriedade privada** dos capitalistas, a classe dominante; em que existe uma ampla **divisão de trabalho**; e uma dependência das relações de **troca**.

A propriedade privada é uma importante característica desse modo de produção, pois, graças a ela, tanto os resultados do trabalho quanto os recursos necessários para realizá-lo, os meios de produção, são posses de uma ou poucas pessoas. Diferentemente de outros modos de produção que visitamos, em que a propriedade era coletiva ou era do Estado, representado pela figura de um grande líder, no capitalismo a propriedade nem é de todos nem se justifica pelo desejo divino.

Para entendermos bem, podemos imaginar uma fábrica de canetas. O lugar onde a fábrica tem sede, as máquinas, a matéria-prima necessária e até as embalagens em que as canetas vão ficar depois de prontas são meios de produção, que pertencem ao dono da fábrica, também chamado por Marx de **capitalista** ou **grande burguês**. Como tudo isso é dele, na sociedade capitalista, o resultado do trabalho, ou seja, todas as canetas prontas também são sua propriedade privada.



O Sr. e a Sra. Robert Andrews, de Thomas Gainsborough, século XVIII. O termo *burguesia* como classe social nasceu na Idade Moderna — período do declínio do sistema feudal e surgimento da Reforma Protestante, do Estado absolutista, etc.

Desse dono inicial, as canetas podem passar a ser de outra pessoa, pois, como elas também são uma propriedade, é possível mudar de dono por meio das relações de troca. Qualquer uma das canetas que você tem, por exemplo, é sua propriedade privada, material de trabalho necessário para a sua vida como estudante, mas que, antes de ser sua já foi do dono da fábrica de canetas e do dono da loja em que você ou outra pessoa trocaram a caneta.

Talvez agora você esteja achando muito estranho o uso da palavra **troca**. Afinal, quando suas canetas se tornaram suas propriedades, você não levou borrachas ou lápis à loja e os trocou pelas canetas, na verdade você as comprou usando dinheiro. Realmente parece estranho, mas Marx explicou que, na prática, esse ato de comprar é uma forma especializada de troca, em que o dinheiro funciona como mercadoria intermediária, responsável por realizar a troca entre produtos.

A existência de uma moeda, também chamada de **dinheiro**, ou **produto de troca**, facilita bastante o intercâmbio de produtos, pois ele estabelece uma noção geral e ampla de valor de troca. Em outras palavras, usamos o dinheiro como medida de valor para quase tudo que existe. Não só a caneta tem o seu valor de troca em dinheiro, mas também a fábrica e as máquinas de produção em que as canetas foram feitas. Além desses exemplos, você certamente saberia listar o preço em dinheiro de muitos produtos, principalmente aqueles que você e sua família consomem com **frequência**.

Agora, imagine como seria se as trocas com o dinheiro não existissem, mas as pessoas continuassem precisando de mais produtos do que soubessem produzir. Se sua família fosse produtora de tomates, por exemplo, você teria de usar os tomates numa troca por canetas, pois nessa sociedade a troca seria feita entre dois produtos de uso, sem a existência de um produto intermediário (o dinheiro), e você usaria os tomates, pois eles seriam os produtos que a sua família teria à disposição para trocar.



O sal era utilizado como moeda de troca no Império Romano.

Nessa troca, seria preciso definir quantos tomates seriam necessários para troca por uma caneta. Seria um tomate por uma caneta? Ou um quilo de tomates por uma caneta? E ainda seria essencial que o dono da caneta estivesse interessado nos tomates da sua família. Se o proprietário das canetas não quisesse tomates, pois ele só gosta de cebolas, talvez você precisasse achar uma família de produtores de cebolas, trocar os seus tomates pelas cebolas deles (mais uma vez definindo quantas cebolas valem um tomate e vice-versa) e, enfim, usar as cebolas para conseguir as canetas necessárias.

Reprodução



Valdemar Atterdag segurando Visby para resgate, 1361, de Carl Gustaf Hellqvist, século XIX. As cidades medievais ressurgiram com o excesso da produção agrícola, criando novas perspectivas para as pessoas que buscavam sair da servidão do feudo e conseguir novas oportunidades na cidade.

Perceba que, em cada troca realizada, seria necessário estabelecer uma equivalência específica: a quantidade de tomates por canetas, a quantidade de tomates por cebolas e ainda a quantidade de tomates necessária para trocar por um carro, por exemplo. Essa necessidade de estabelecer a cada troca uma equivalência e o fato de que cada pessoa trocará o seu produto apenas pelo produto em que estiver diretamente interessado dificultam as relações comerciais.

É por isso que o dinheiro é um produto intermediário, sem outra função direta alguma além de simplificar as trocas entre produtos, sendo a medida geral de valor. Diferentemente de outros produtos, que têm uma função direta, ou seja, servem para comer, vestir, calçar, brincar, o dinheiro não tem uma função em si mesmo além de permitir e facilitar as relações de trocas entre produtos.

A importância das trocas, realizadas com o dinheiro, é reforçada pelo fato de que a sociedade é caracterizada por uma **divisão do trabalho**, o que significa que existem várias ocupações, algumas muito especializadas, e que as pessoas que se dedicam a uma dessas atividades costumam desconhecer a prática de outras funções. Assim, existem pessoas que conhecem o trabalho necessário para produzir sapatos, mas que não sabem como fazer as roupas com as quais se vestem ou as casas em que moram.

Essa divisão do trabalho não acontece em todas as sociedades. Lembre-se, por exemplo, de que, no grupo indígena a que nos referimos, a divisão de funções era bem menor e ligada apenas ao sexo, ou seja, homens e meninas tinham funções diferentes das de mulheres e meninas, mas, de modo geral, cada pessoa daquela sociedade sabia realizar praticamente todos os trabalhos de que precisava.

Já na sociedade capitalista, as pessoas precisam de muitos recursos, mas se especializam na realização de uma única função. Assim, é preciso complementar as necessidades comprando ou, em outras palavras, trocando o que falta por dinheiro. Para fixar bem como a divisão do trabalho impulsiona as trocas, pense na quantidade de produtos que você consome, mas que não sabe produzir.

Em um simples pão, que se come pela manhã, por exemplo, estão contidos muitos processos que não conhecemos. Talvez na sua casa até exista alguém que sabe preparar pães, mas dificilmente essa mesma pessoa saberá plantar o trigo, colhê-lo e processá-lo para que ele se transforme em farinha. No lugar de saber realizar todas essas atividades, nós compramos farinhas ou pães prontos, por meio de uma troca por dinheiro.

Mas... e o dinheiro, de onde ele vem?

Sabemos que o dinheiro é um produto diferente, que tem a função de simplificar as trocas, mas como as pessoas conseguem dinheiro? Como os seus pais fazem para ser donos de algum dinheiro e poder dá-lo a você, para que você possa comprar lanches ou aquelas canetas de que falamos antes?

Esta é, na verdade, uma pergunta bem simples, e você, com certeza, já respondeu que as pessoas normalmente conseguem dinheiro trabalhando. Numa sociedade capitalista, as pessoas recebem salários, ou remunerações, que são pagamentos em dinheiro pelo trabalho que é realizado. Quando Marx falava do trabalhador do período feudal que deixava o feudo e os poucos meios de produção que lhe pertenciam para viver da sua força de trabalho, ele estava se referindo ao nascimento dessa realidade, em que o trabalhador é livre, mas não é dono dos meios de produção nem do que produz, apenas da sua capacidade de trabalhar.

Podemos dizer, então, que, na sociedade capitalista, a habilidade e a disposição para realizar um trabalho também são mercadorias, que, como qualquer outra mercadoria, possuem um valor em dinheiro. Durante qualquer jornada de trabalho, utilizando os conhecimentos de Marx, temos duas classes envolvidas, a dos **burgueses**, ou **capitalistas**, e a dos **trabalhadores**, ou **operários**, que realizam uma troca: a classe operária oferece a sua

força de trabalho, e a classe burguesa, ao aceitar esse produto, retribui em forma de pagamento de salários.

Esta é uma descrição genérica de uma relação de trabalho, o que quer dizer que esse procedimento é comum a todas as profissões: algumas recebem remunerações maiores outras menores, mas todas trocam a **força de trabalho**, ou seja, a capacidade de realizar uma tarefa, por um pagamento em dinheiro. Dessa forma, a força de trabalho também acaba se transformando em uma mercadoria do sistema de trocas, pois uma pessoa troca sua **força de trabalho** por um pagamento em dinheiro e depois troca esse pagamento por vários produtos necessários para a vida.

Se você tentar, vai conseguir transportar essa realidade genérica para a experiência específica dos adultos que você conhece, como seus pais e outros familiares. Eles devem realizar trabalhos durante todo o mês, como professores, artesãos, advogados, jornalistas, em casa ou em outro lugar, e por esse trabalho devem receber pagamentos com os quais podem comprar produtos em geral.

Entre as diferenças que separam um caso do outro estão não só as profissões específicas, mas também a quantidade de horas trabalhadas e os salários. Assim como Weber, quando falou da sociedade dividida em estratos, Marx também chamou a atenção para as desigualdades dentro de uma sociedade capitalista, afirmando que existe uma divisão desigual entre as riquezas produzidas.

A compreensão de Marx da desigualdade, no entanto, era um pouco diferente daquela de Weber. Marx não focalizou as diferenças de *status*, mas se interessou pelas grandes relações de trabalho. Para ele, a desigualdade se estabelece nas relações entre os capitalistas e os operários. A palavra *operário* pode ser entendida como um sinônimo de trabalhador, fazendo referência a alguém que realiza um trabalho obedecendo a ordens e recebe uma remuneração por esse trabalho. O termo *operário* também era muito utilizado na época em que Marx viveu para se referir ao trabalhador das indústrias, setor da economia que discutiremos adiante e que teve grande importância na obra de Marx.

Para esse pensador, a desigualdade dá-se da seguinte forma: enquanto os capitalistas, ou donos, ficam com a maior parte da riqueza produzida, os operários recebem apenas um pagamento por terem empregado sua força de trabalho. Em outras palavras, para Marx, ainda que os trabalhadores fossem responsáveis pela maior parte da produção da riqueza, eles não recebiam uma retribuição adequada aos seus esforços, tornando-se, por isso, uma classe explorada. A desigualdade social que Marx observa é, portanto, uma desigualdade entre classes sociais.

Existe, na visão de Marx, uma classe privilegiada, a classe burguesa, e uma classe explorada, a classe trabalhadora, ou operária. Ele compreende que os privilégios da classe burguesa são resultado da pouca riqueza recebida pelos trabalhadores, como se a sociedade capitalista fosse uma balança desequilibrada com muita riqueza para os burgueses e pouca para os trabalhadores.



A corrente de pensamento marxista defende que, no capitalismo (representado, na imagem, pelo homem com talheres), o ganho maior fica para os grandes empresários, enquanto os trabalhadores recebem o mínimo desse percentual.

Para entendermos melhor, vamos voltar a pensar em uma fábrica, como aquela que produzia canetas, só que, desta vez, trataremos de uma fábrica de sapatos. Imagine que essa fábrica possui 55 funcionários, ou seja, há 55 pessoas trocando sua força de trabalho por um salário. Desse total, cinco trabalhadores não se dedicam diretamente à produção dos sapatos, mas exercem funções acessórias, ou seja, auxiliam a realização do trabalho, mas não o executam diretamente: é o caso do porteiro da fábrica ou da diretora de produção.

Todas as outras 50 pessoas, de fato, produzem os sapatos que a fábrica vende para lojas da região. Vamos imaginar que cada um dos funcionários produz quatro pares de sapatos por dia e que trabalha cinco dias por semana e quatro semanas por mês. Assim, ao fim de um mês, cada funcionário produz o equivalente a 80 pares de sapato, cada um vendido ao lojista pela quantia de R\$ 100,00.

Já sabemos que nenhum dos sapatos passa a ser propriedade dos funcionários, e sim do dono da fábrica. Pelo trabalho realizado, o trabalhador recebe apenas um pagamento mensal referente às horas de trabalho empre-

gado. Mas, para Marx, essa organização não é justa, porque os trabalhadores não recebem parte dos lucros e porque as remunerações são menores do que poderiam ser. Vamos retornar ao exemplo da fábrica para entender o que ele quis dizer.

Como dissemos, cada trabalhador da fábrica produz por mês 80 pares de sapato e cada par é vendido por R\$ 100,00, fazendo com que cada funcionário produza o equivalente a R\$ 8.000,00 em sapatos. O salário do funcionário, por sua vez, não equivale a R\$ 8.000,00 nem mesmo à metade dele, mas a R\$ 1.000,00 por mês.

Se pensarmos no quantitativo total dos trabalhadores que produzem sapatos, observaremos uma diferença muito maior, pois, se um trabalhador produz o equivalente a R\$ 8.000,00 em sapato, os 50 produzem o correspondente a R\$ 400.000,00 em sapatos, dos quais apenas R\$ 50.000,00 vão para os funcionários por meio da sua remuneração. Por conta dessa diferença, Marx criou o conceito de *mais-valia*.

Mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor retribuído em forma de salário. Esse conceito servia para demonstrar que os trabalhadores produzem muito mais do que recebem e que, na economia capitalista, a maior parte da riqueza não fica para eles, mas para os donos dos meios de produção, também chamados de **capitalistas**.

É claro que nem todo o dinheiro que sobra após o pagamento dos funcionários fica para o dono da fábrica, pois ainda é preciso pagar os demais trabalhadores (aqueles outros cinco que não produzem os sapatos diretamente), comprar matéria-prima, comprar embalagens, pagar pelo transporte da mercadoria, pagar as contas básicas da fábrica e ainda os impostos que vão para o Estado.

Mas, mesmo depois desses outros pagamentos e reinvestimentos, a quantia que fica para o dono da fábrica, chamada de **lucro**, ainda é grande. Vamos supor que, no nosso exemplo, dos R\$ 400.000,00 originados pela venda de todos os pares de sapatos, sobrem, após o pagamento dos funcionários, a compra das matérias-primas e o pagamento de outras despesas, o equivalente a R\$ 200.000,00.

Com essa quantia, seria possível dobrar o pagamento dos funcionários sem que isso tornasse o lucro do dono da fábrica pequeno (o capitalista ficaria com R\$ 150.000,00 em vez de R\$ 200.000,00), mas não é o que costuma acontecer. Normalmente, os pagamentos mantêm-se pequenos para possibilitar uma taxa de lucro maior. Por isso, para Marx, a sociedade capitalista distribui de maneira muito desigual a riqueza produzida, gerando excesso entre os capitalistas e escassez entre os funcionários.

Esses trabalhadores, por sua vez, submetem-se a empregos em que recebem menos do que produzem, pois, por um lado, não percebem que é graças ao seu esforço que a maior parte da riqueza social é produzida e, por outro, porque em muitas situações parece não existir outra alternativa. Como a força de trabalho é a única mercadoria que eles possuem para trocar por dinheiro, há um grande temor pela falta de trabalho, pois isso significa não conseguir suprir as necessidades básicas, como moradia, vestuário e alimentação.

Este é um medo constante, mas ele tende a se tornar ainda mais efetivo em períodos em que as taxas de desemprego estão altas. Por medo de ficar sem trabalho, isto é, por medo de não conseguir trocar sua força de trabalho por dinheiro, os trabalhadores se submetem, muitas vezes, a condições de trabalho que não são as melhores.



Hoje existe uma grande oferta de **mão de obra**, mas que não é especializada. Dessa forma, abre a oportunidade para a exploração ilegal dessa força de trabalho.

Marx acreditava, ainda assim, que, no futuro, quando as sociedades capitalistas estivessem maduras, isto é, já fossem bastante desenvolvidas, os trabalhadores iriam se revoltar contra os excessos dos capitalistas e construir uma sociedade em que não existiriam patrões e em que a riqueza produzida seria coletivamente distribuída entre os seus produtores. Em outras palavras, Marx acreditava que o modo de produção capitalista seria substituído por outro modo de produção, em que os meios de produção seriam propriedade coletiva dos trabalhadores, assim como o resultado da riqueza produzida.

Essa **ideia** de futuro inspirada na obra de Marx inspirou revoluções em alguns lugares do mundo. Algumas dessas revoluções apresentavam para a população a proposta de utilizar alguns dos pensamentos de Marx, e ainda outros, para construir uma nova sociedade, em que existiria um novo modo de produção, o **modo de produção socialista**.

Mencionaremos essas experiências outra vez no nosso capítulo seguinte, mas, por agora, é importante acrescentar que passou muito tempo desde o momento em que Marx e Weber produziram suas obras, muitos acontecimentos e descobertas alteraram o mundo, contudo os dois continuam sendo pensadores muito importantes para compreender a sociedade em que vivemos. Por esse motivo, a Sociologia considera que eles são pensadores clássicos.

A seguir, falaremos questões de trabalho que envolvem conflitos bem atuais e você verá que, mesmo hoje, quando existem tecnologias e procedimentos que Marx e Weber jamais imaginariam, ainda podemos utilizar suas contribuições para ver o mundo de maneira mais profunda. Agora, acompanhados desses dois importantes autores, vamos continuar nossa viagem em busca de ainda mais conhecimentos sobre o trabalho.



Reflexão

1 Karl Marx e Max Weber são dois dos mais importantes pensadores que ajudaram a compreender a economia dos nossos tempos. Mesmo observando um mesmo período e um conjunto semelhante de fenômenos, eles produziram obras muito distintas entre si. Um dos elementos que ajudam a compreender essa diferença é o fato de que Weber adotou um enfoque culturalista para o surgimento do capitalismo, enquanto Marx, um ponto de vista histórico. Diferencie os enfoques culturalista e histórico de Weber e Marx.

2 Max Weber, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, empenhou-se em demonstrar a relação existente, em determinada fase histórica do capitalismo ocidental, entre alguns posicionamentos éticos e condutas de vida, religiosamente orientados, e as instituições econômicas vigentes. Fale sobre a noção weberiana de ética ligada ao trabalho.

3 (Unicentro) De acordo com as análises de Karl Marx, a divisão social do trabalho revela duas classes que se contrapõem. Na produção capitalista, as duas classes antagônicas são as indicadas em:

- a** senhor e escravo.
- b** clero e burguesia.
- c** servos e senhores.
- d** nobreza e burguesia.
- e** burguesia e proletariado.

4 (Unioeste) Quais as principais características do capitalismo? Marque a alternativa **correta**.

- a** Propriedade coletiva dos meios de produção, busca do lucro e trabalho escravo.
- b** Propriedade privada dos meios de produção, busca do lucro e trabalho servil.
- c** Propriedade coletiva dos meios de produção, satisfação das necessidades humanas e trabalho associado.
- d** Propriedade privada dos meios de produção, satisfação das necessidades humanas e trabalho servil.
- e** Propriedade privada dos meios de produção, busca do lucro e trabalho assalariado.

5 “ [...] a mercadoria tem uma dupla determinação: ela é uma coisa útil, um valor de uso e assim destinada a servir a uma dada necessidade; mas é também uma coisa que foi produzida para ser vendida, comercializada, sendo, portanto, um valor de troca. Surge, por isso, uma antítese entre essas duas determinações da mercadoria: enquanto valor de uso, a mercadoria se destina ao consumo; enquanto valor de troca, ela é produzida para o mercado, para a venda. Ocorre, então, uma separação entre utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca.”

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 65.

A partir do texto acima, é possível afirmar:

- a A mercadoria, em uma sociedade feudal, assume dois valores: o valor de uso e o valor de troca. É essa divisão que, segundo Marx, determina o surgimento do capitalismo como sistema econômico.
- b A mercadoria tem papel fundamental no sistema econômico capitalista. Mais do que seu valor de uso, o que importa para o capitalista é seu valor de troca, que, posteriormente, estará relacionado com o lucro que será adquirido com a venda da mercadoria.
- c Os estudos sobre a mercadoria foram levados a cabo, principalmente, por Max Weber em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nele, o autor analisa como o processo produtivo determinou as relações sociais no sistema capitalista de produção.
- d O fetichismo da mercadoria é um conceito importantíssimo para a análise marxista. Ele está relacionado com a forma como a mercadoria se torna depositária dos interesses de classe no sistema de produção capitalista.
- e No capitalismo avançado, a mercadoria perde importância, e a única forma de obtenção de lucro se torna o investimento feito em bolsa de valores.



Indústria e novos conflitos do mundo do trabalho

É muito provável que, ao ouvir a palavra *indústria*, a primeira imagem que tome a sua mente seja a de uma fábrica, cheia de máquinas grandiosas e de esteiras que conduzem algum tipo de produto ao longo de diversos procedimentos. Essa representação, originada nas indústrias mais comuns ao nosso período, é correta, mas deixa de incluir outras formas de indústria, que não costumamos compreender como tal.



Indústria automotiva na cidade de Mladá Boleslav, República Tcheca, em 2015, que tem parte de sua produção feita por máquinas robôs, na qual o homem não precisa estar inserido.

4



De maneira geral, o processo industrial diz respeito à transformação de uma matéria-prima, ou seja, um recurso inicial, em um produto finalizado ou quase finalizado. Por esse conceito, podemos afirmar que a nossa imagem mental de indústria realmente está correta, mas, além dela, poderíamos incluir também a transformação de uma porção de barro em um utensílio ou o ato de produzir tecidos, a partir de lã retirada de ovelhas.

Por serem mais simples do que a nossa **ideia** de indústria, esses dois exemplos tendem a não ser classificados dessa forma, porém eles não só são uma forma de indústria, como também nos auxiliam a compreender os processos de modificação pelo qual a indústria passou ao longo da sua história. A produção de um vaso a partir de uma porção de barro, por exemplo, é uma atividade de confecção que marca a primeira fase industrial: o **artesanato**.

A característica mais importante desse momento da indústria, a fase artesanal, já está contida no próprio nome. O termo *artesanato* faz referência a um processo de produção simples em que é utilizada pouca ou nenhuma tecnologia, de forma que o processo de transformação da matéria-prima em produto se dá principalmente pela habilidade do artesão. Outra característica dessa forma de indústria é que o artesão costuma realizar sozinho, ou com poucos ajudantes, todas as fases de transformação e ainda dedicar-se à comercialização do que foi produzido.

O segundo exemplo, a produção de tecidos, localiza-se na fase seguinte da história da indústria: a **manufatura**. Essa classificação diz respeito ao momento em que o trabalho manual deixa de ser suficiente para realizar to-

das as transformações necessárias, ou seja, a produção passa a depender de algumas máquinas, que, mesmo não sendo equipamentos complexos, já garantiam uma maior produtividade em comparação ao momento artesanal.



Oficina têxtil doméstica na Grã-Bretanha ou na Irlanda provincial, gravura com aquarela moderna. Antes da Revolução Industrial, a produção de tecidos era manual e demorada.

As transformações na forma de produzir trazidas pela manufatura são compatíveis com o início do capitalismo, pois já separavam trabalhadores e meios de produção. Dito de outra forma, nessa fase da indústria a máquina simples de que se dependia não era de propriedade do trabalhador (como eram na fase artesanal), mas, sim, dos donos das manufaturas. Como você já sabe, essa separação entre trabalhadores e meios de produção tem como **consequência** um afastamento entre as pessoas que trabalham e a maior parte da riqueza produzida, que deixa de ser do trabalhador e passa a ser do proprietário do meio de produção.

Na passagem da manufatura para a maquinofatura, marcada pela Revolução Industrial, cresce a dependência das máquinas e se instaura o tipo de produção industrial compatível com a imagem mental de que falamos anteriormente. As características iniciadas na manufatura potencializaram-se durante a maquinofatura à medida que a tecnologia também se tornava mais eficaz.

A produtividade, que já havia crescido da fase artesanal para a manufatura, atinge níveis muito mais altos, iniciando a produção em série. Em uma



Jovens meninos e meninas trabalhando na sala de fição de indústria têxtil em Massachusetts, Estados Unidos, em 1912. A Revolução Industrial trouxe um modo de produção em grande escala e com rapidez.

comparação apenas ilustrativa, podemos dizer que, enquanto a fase artesanal confecciona um produto em uma hora, a manufatura produz dez, e a maquinofatura produz centenas e até milhares. Ainda assim, é importante acrescentar que as outras formas de produção industrial continuam existindo e produzindo para atender a interesses de consumo diferentes dos que são atendidos pelas grandes indústrias.

Esse aumento da produtividade, característico da maquinofatura e impulsionado pelo surgimento de novas tecnologias e de fontes de energia mais potentes, repercute em diversos setores, muito além da economia. O termo *revolução* costuma ser empregado para essa passagem justamente, pois as mudanças reestruturam a sociedade da época.

Há mudanças nos hábitos de consumo, nas estruturas e na expansão das cidades, na distribuição da população, nos sistemas de transporte, nas organizações familiares, no tratamento da natureza, na expectativa de vida média da população, entre muitos outros elementos, todos influenciados pelas mudanças da produção industrial. Por essas e por outras alterações é que a passagem da manufatura para a maquinofatura não é entendida como uma simples mudança, mas como uma revolução, a Revolução Industrial.

Foi nesse ambiente de transformação, decorrente da mudança no sistema produtivo, que Marx e Weber escreveram as obras de que tratamos na seção anterior. Não que ambos tenham produzido logo após a passagem da fase de manufatura para a de maquinofatura, mas outra característica de uma revolução é que a sua influência continua se desdobrando por muito tempo. Para se ter uma **ideia**, conceitos atuais, como o de *indústria cultural*, examinam a influência do sistema produtivo, transformado pela Revolução Industrial, na criação de bens culturais e artísticos.

Esses dois pensadores clássicos observaram um mundo em plena transformação e tentaram, cada um a seu modo, compreender as causas e os sentidos dessas mudanças para a sociedade. A obra de Marx, como já dissemos, ao perceber contradições da sociedade capitalista e a exploração sofrida pelos trabalhadores, apontava a superação desse modo de produção por outro em que a riqueza produzida seria dividida de maneira mais equilibrada entre a classe trabalhadora.

As ideias de Marx, assim como as de outros autores, influenciaram revoluções desejosas de alterar a forma como a riqueza era produzida: foi o caso da Revolução Russa, de 1917, bem como da Revolução Chinesa, de 1949, e da Cubana, de 1959. Estes dois últimos países, inclusive, ainda se declaram como sistemas socialistas, ainda que adaptados, em seus modos de produção, a uma realidade em que o capitalismo é hegemônico.



Desfile bolchevique em São Petersburgo durante a Revolução Russa, primavera de 1917. A Revolução Russa tinha como objetivo abolir a autocracia existente na Rússia.

As revoluções, em busca de um modo de produção menos exploratório para os trabalhadores não ocorreram da maneira que Marx havia previsto. Uma mostra dessa diferença é que elas aconteceram em países em que o capitalismo ainda não havia amadurecido, ao passo que os países com capitalismo mais desenvolvido opuseram-se à tentativa de construir outro modo de produção. Durante a Guerra Fria, por exemplo, o mundo inteiro viveu um período de ameaça de conflito em que se rivalizavam os modos de produção e as visões de mundo próprias das iniciativas capitalistas e socialistas.

Outra diferença fundamental entre as expectativas de Marx e as ocorrências futuras diz respeito à mobilização dos trabalhadores. Ele acreditava que, diante da realidade de exploração, os trabalhadores iriam se conscientizar e se unir em busca de outra realidade, entretanto os espaços de mobilização, responsáveis por educar para a realidade privilegiada dos capitalistas e por organizar os trabalhadores, foram perdendo espaço, em virtude de transformações da realidade em volta do modo de produção, além das modificações do próprio capitalismo.

Alguns estudiosos indicam que o aumento da capacidade de consumo foi um dos fatores responsáveis por reduzir a mobilização dos trabalhadores, pois a possibilidade de consumir daria a impressão de uma condição de vida melhor e reduziria a consciência da exploração e o desejo de modificar a realidade. Também há quem aponte que a ação do Estado de bem-estar social, isto é, a organização administrativa do Estado que procura garantir tanto alguma segurança para os trabalhadores quanto a organização da economia teria contribuído para acalmar conflitos e para garantir a perpetuação do capitalismo.

Outra leitura possível aponta para a contínua automação da produção

como mais um redutor da mobilização dos trabalhadores, pois as máquinas e as novas tecnologias teriam tirado, em muitas situações, a percepção do trabalhador da importância das suas tarefas. Esses três motivos são apontados por alguns estudiosos da obra de Marx, mas não são os únicos nem são plenamente aceitos. Independentemente dessas discussões específicas, entretanto, compreender as relações de trabalho hoje requer examinar a relação entre homem e máquina.

Ao longo das fases da indústria, houve um constante crescimento da importância das máquinas. Na fase artesanal, as máquinas eram muito simples e, em alguns processos, nem mesmo eram utilizadas, ao passo que na manufatura as máquinas, mesmo ainda sendo aparelhos pouco complexos, ganhavam maior destaque e passam a ser essenciais para a produção. Já vimos que, na passagem para a maquinofatura, essa importância se potencializa, e as máquinas passam a ser mais complexas e a ditar o ritmo da produção.

Mas, mesmo depois dessa passagem, a tecnologia continuou em pleno desenvolvimento, não só aperfeiçoando aparelhos existentes, mas também criando novos. Essas tecnologias foram, aos poucos, inseridas não só nas rotinas das indústrias, mas também no cotidiano das pessoas.

Olhe à sua volta ou pense nos aparelhos que estão na sua casa e se pergunte quantos deles eram comuns 100 ou 200 anos atrás. E, quando não eram comuns, como as atividades que eles auxiliam eram realizadas? Muitas delas provavelmente deveriam ser executadas de maneira manual, outras poderiam não ser atividades comuns a uma casa ou ainda poderiam ser realizadas poucas vezes devido à sua complexidade.

Pense, por exemplo, em máquinas para lavar roupas. Elas, certamente, tornam essa atividade doméstica menos cansativa e reduzem o tempo que precisaria ser ocupado na sua realização, pois, em vez de todos os sucessivos procedimentos a serem realizados manualmente, bastaria separar as roupas por tipo, acrescentar os produtos de limpeza adequados e apertar alguns botões, só precisando retornar à máquina para coletar as roupas já lavadas e, algumas vezes, já secas.

Para a realidade doméstica, essa automatização é muito proveitosa, principalmente se considerarmos a ampla inserção das mulheres no mercado de trabalho e a pequena divisão do trabalho doméstico, fazendo com que as mulheres costumem ter duas jornadas de trabalho: precisam trabalhar em seus empregos formais e remunerados e ainda trabalhar nos procedimentos domésticos não remunerados, mas necessários à gestão de uma casa.

Já a realidade social pode ser vista de maneira distinta, percebendo na máquina de lavar roupas uma redutora de empregos informais previamente

existentes. Isso porque, algumas décadas atrás, lavar roupas para outras famílias era uma atividade comum de mulheres de classes sociais menos abastadas. A atividade, prioritariamente manual, era compatível com a realidade de poucos recursos e ainda com as atividades domésticas dessa trabalhadora informal, que poderia lavar as roupas de outras famílias e complementar a renda (ou gerá-la completamente) enquanto cuidava dos próprios filhos e da própria casa.

Com a existência da máquina de lavar, a atividade não foi extinta, mas deixou de ser uma atividade comum, já que muitas famílias certamente preferirão fazer um investimento maior, porém único, em uma máquina a fazer contínuos investimentos menores no serviço de lavagem das roupas, mesmo que seja mais cuidadoso e até mais qualificado.

Se você já assistiu a filmes antigos, retratando os períodos iniciais de popularização dos telefones domésticos, por exemplo, deve ter ouvido falar da profissão de telefonista. Os trabalhadores que desempenhavam essas funções conectavam as pessoas que possuíam telefones, ou seja, nessa época você não faria uma ligação direta do aparelho da sua casa (ou do seu aparelho celular, como é mais comum hoje) para o de um amigo, mas falaria com a central de telefonia, e ela completaria o procedimento para você. A simplificação desses processos faz com que nós consigamos completar esses procedimentos sem muita dificuldade, mas também faz com que a profissão de telefonista deixe de fazer sentido.

Se você pensar um pouco e pesquisar na Internet ou em livros, filmes ou outras produções antigas, certamente conseguirá identificar muitas outras profissões que deixaram de existir ou que se tornaram menos populares do que eram tempos atrás devido à automação de toda a tarefa ou de parte dos procedimentos. Essas ilustrações podem ser aplicadas para diversas atividades e nos fazem pensar que, por mais que a tecnologia seja útil para tornar nossa vida mais prática, ela pode reduzir postos de trabalho, levando inclusive à extinção de alguns e ao desemprego.



A máquina de escrever foi muito usada no século XX, tendo sido substituída com a chegada e o aperfeiçoamento dos computadores, que tornaram ágil a produção de texto.

Por outro lado, também é verdade que a tecnologia proporciona o surgimento de novas profissões, que procuram atender a uma realidade criada pela aplicação de inovações tecnológicas. Imagine explicar para alguém que viveu há 200 anos que você trabalha como desenvolvedora de aplicativos para celular, como engenheiro de segurança da informação ou ainda como gestora de redes sociais. Seria bastante complicado, não só porque essas profissões não existiam antes, mas também porque elas trabalham com necessidades e realidades diferentes das que eram vivenciadas pelas pessoas do exemplo.



Robôs de soldagem em uma fábrica de automóveis na cidade de Togliatti, na Rússia, em 2014. Hoje, todo trabalho em indústria tem o envolvimento de máquinas, pois torna ágil a produção industrial.

Nesse ponto, é possível apontar mais de uma perspectiva sobre a relação entre trabalho e novas tecnologias. Por um lado, é possível compreender que a relação é principalmente negativa, gerando a redução de inúmeros postos de emprego; por outro, podemos afirmar que a relação é em geral positiva, uma vez que gera praticidade para inúmeras atividades e ainda faz surgir profissões.

Esses dois pontos de vista são aceitáveis, mas, para nós, o mais interessante é perceber que a relação entre trabalho e novas tecnologias é complexa e dotada de situações positivas e negativas. Em cada contexto observado, as **consequências** podem ser mais ou menos vantajosas para o trabalhador e precisam ser concebidas por essa observação mais ampla.

É verdade, por exemplo, que a maior parte das práticas extintas ou parcialmente substituídas é pouco especializada, mas também é verdade que os postos de serviço altamente especializados que são criados ainda não equivalem, numericamente, à quantidade de vagas que deixam de existir. Diante

dessas duas realidades sobre o trabalho, compreendemos que, para lidar com os avanços tecnológicos, uma vez que eles tendem a continuar acontecendo, é preciso investir em **mão de obra** especializada, bem como auxiliar o desenvolvimento de práticas capazes de gerar mais postos de trabalho, a fim de que a sociedade que gerou a tecnologia não se torne vítima da sua própria obra.

Os desafios das rotinas de trabalho também se alteram diante de novas práticas, surgindo novos conflitos e exigindo novas reações. Ao longo da história do modo de produção capitalista e dos conflitos decorrentes da relação entre patrões e empregados, por exemplo, surgiram movimentos reivindicatórios que buscavam garantir melhores condições para os trabalhadores. Essas reivindicações sociais transformaram-se em direitos e incluem, para citar alguns, o estabelecimento de uma jornada de trabalho, os pisos salariais, o direito à aposentadoria e à indenização por acidentes de trabalho.



No Brasil, a carteira de trabalho foi criada no governo de Getúlio Vargas, em março de 1932, assegurando direitos para o trabalhador.

Todas essas garantias continuam sendo essenciais, mas algumas não conseguem lidar com novos desafios do mundo do trabalho. Nesse sentido, alguns pensadores contemporâneos formularam o conceito de **capitalismo cognitivo**, para dar conta de uma mudança estrutural em que o principal produto do capitalismo não é mais um objeto físico, mas uma **ideia**, um produto imaterial fruto da mente, da criatividade ou de um processo comunicativo.

A produção do capitalismo cognitivo convive com a do capitalismo tradicional (assim como o artesanato, a manufatura e a maquinofatura coexistem),

mas impõe outras questões. Imagine, por exemplo, o trabalho de um publicitário: esse profissional, como qualquer outro, possui uma jornada de trabalho que estabelece um número de horas diárias que devem ser dedicadas à sua função, mas, diferentemente do trabalho de um operário, que passará as horas da sua jornada de trabalho na fábrica e as demais longe dela, o publicitário não se afasta do seu principal material de trabalho, que é a sua mente.

Esse profissional deve entregar um resultado material, como um vídeo, um cartaz, um *slogan*, mas o principal produto do seu trabalho é, de fato, uma ideia. Nessa conjuntura, como calcular quantas horas trabalha uma pessoa cuja função é criar uma ideia capaz de popularizar uma marca? Será que essa pessoa pensa apenas durante a sua jornada de trabalho ou continua examinando as questões depois dela? E, ainda, como calcular quanto vale esse produto/ideia?

Profissões como a do publicitário não são plenamente atendidas pelos princípios gerais que procuram regular a realidade de trabalho, pois essas regulamentações e as profissões voltadas para a produção de bens imateriais se voltam para realidades diferentes. As questões apontadas pelo capitalismo cognitivo ainda são novidades, para as quais é preciso desenvolver um olhar específico e um conhecimento mais aprofundado.

Ainda não há respostas para algumas das questões motivadas pela hipótese do capitalismo cognitivo, mas há a clara demonstração de que as relações de trabalho e o próprio trabalho estão em constante transformação. Dessa forma, pensar os modos de produzir não aceita um pensamento estático, isto é, parado e incapaz de perceber as transformações pelas quais o mundo passa. Ao contrário disso, examinar as relações de trabalho exige uma atenção às mudanças que não param de acontecer.



Lenin na fábrica de Putilov em maio de 1917, de Isaak Brodsky, século XX.



Reflexão

1 A atividade industrial diz respeito à transformação de uma matéria-prima em um produto finalizado ou quase finalizado, deixando-o pronto para uso direto pelas pessoas ou para o uso em outras indústrias. Do ponto de vista da tecnologia utilizada nessa transformação, esse trabalho industrial pode ser dividido em três momentos ou fases: a fase artesanal, a de manufatura e a de maquinofatura. Diferencie essas três fases a partir das suas características e da relação de cada uma com a tecnologia.

2 As mudanças internas do modo de produção capitalista levaram ao surgimento de novos conflitos e de novas dinâmicas de produção. Nesse contexto, explique o conceito de **capitalismo cognitivo** ilustrando a partir de uma profissão regida por novas lógicas de trabalho.

3 A mecanização do processo produtivo assume hoje dimensões nunca vistas, com o desenvolvimento da robótica e, cada vez mais, as fábricas empre-

gam um contingente menor de operários. Em vista disso, podemos observar as seguintes mudanças nas relações de trabalho:

- I. A concorrência desenfreada por empregos não reforça um sentimento de isolamento entre os trabalhadores.
- II. Com a transformação na indústria, novas relações de trabalho se organizam — trabalho individual, terceirizado e prestação de serviços — substituindo relações de emprego tradicionais.
- III. Nos países industrializados e com amplo acesso às inovações tecnológicas, alguns postos de trabalho podem deixar de existir, colocando em disponibilidade uma parcela cada vez maior da população.

- a** I e II estão corretas.
- b** II e III estão corretas.
- c** I e III estão corretas.
- d** Apenas a alternativa III está correta.
- e** Todas as afirmativas estão corretas.

4 Considerando a relação entre o desenvolvimento tecnológico e o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, assinale a alternativa **incorreta**.

- a** O discurso empresarial atribui aos trabalhadores desempregados grande parte da responsabilidade pelo desemprego que vivenciam, pois eles não estariam se qualificando adequadamente.
- b** A introdução da informática e de robôs na indústria exige dos trabalhadores que permanecem empregados múltiplas habilidades para que operem vários equipamentos, sob pena de não atenderem às exigências da lucratividade desejada pelas empresas.
- c** A diminuição de postos de trabalho na atividade industrial não expressa uma tendência histórica do capitalismo, de substituição do trabalho vivo (trabalhadores) pelo trabalho morto (máquinas e equipamentos).
- d** O desemprego massivo que atinge, atualmente, milhões de trabalhadores pode determinar uma diminuição no número de greves, por conta da redução da mobilização dos trabalhadores.
- e** O desenvolvimento tecnológico pode ser visto como um gerador de desemprego, uma vez que elimina funções e não cria outras em uma proporção equivalente.

5 Ao passo em que muitas funções são afetadas pelo surgimento e pela popularização de novas tecnologias, outras profissões são criadas. Sobre o surgimento e sobre as características dessas novas tarefas, compatíveis com uma realidade tecnológica recente, marque o que for **correto**.

- a** As profissões surgidas a partir das potencialidades das novas tecnologias são simples adaptações de outras realidades, sem muitas novidades.
- b** As profissões e ocupações criadas em um contexto de inovação tecnológica se voltam principalmente para a operação de máquinas utilizando a força física.
- c** As profissões e ocupações criadas em um contexto de inovação tecnológica se caracterizam pela necessidade de alta especialização.
- d** As tarefas surgidas em decorrência do avanço tecnológico estão adaptadas ao perfil dos trabalhadores desempregados pelos mesmos processos de inovação.
- e** A quantidade de empregos gerados pelas inovações tecnológicas equivale ao número de postos de trabalho extintos.

6 (Unisc) Em recente artigo publicado na *Revista Brasileira de Educação*, a pesquisadora Heloísa Helena Martins analisa a relação entre juventude e mercado de trabalho. No seu texto, ela apresenta o seguinte comentário: “Informações referentes às montadoras de carros no Brasil revelam que, no período de 1991 a 1995, houve um crescimento da produção de 70% e de 78% na produtividade, enquanto verificou-se uma redução no emprego de 5%. No setor de autopeças, no mesmo período, houve um aumento no faturamento de 74%, de 97% na produtividade, e uma diminuição de 12% no emprego (DIEESE, 1996a). O que esses dados demonstram é o crescimento econômico acompanhado pela redução dos postos de trabalho e que, apesar da exigência cada vez menor de **mão de obra**, obtêm-se cada vez mais bens e serviços”.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. *Rev. Bras. Educ.* 1997, n.05-06, p. 96-109. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200009&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1413-2478.

Com base no argumento da autora, é possível afirmar que:

- a** o crescimento econômico é motivo do aumento da oferta de empregos para os jovens.

- b** apesar do crescimento econômico e do aumento da oferta de bens e serviços, diminuiu-se a oferta de postos de trabalho.
- c** o aumento da produção leva a um aumento de emprego na indústria automobilística brasileira.
- d** todas as alternativas estão corretas.
- e** nenhuma das alternativas está correta.

7 (Enem) Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é como as pessoas vão consumir essas unidades adicionais de tempo de lazer, mas que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre. Mas, se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os intervalos de seu dia com relações sociais e pessoais, como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Adaptado.

A partir da reflexão do historiador, um argumento contrário à transformação promovida pela Revolução Industrial na relação dos homens com o uso do tempo livre é o(a):

- a** intensificação da busca do lucro econômico.
- b** flexibilização dos períodos de férias trabalhistas.
- c** esquecimento das formas de sociabilidade tradicionais.
- d** aumento das oportunidades de confraternização familiar.
- e** multiplicação das possibilidades de entretenimento virtual.

O fim e o **recomeço**

Ao longo deste livro, voltamo-nos para o trabalho a partir de diversas perspectivas. De início, passeamos por diferentes usos da palavra *trabalho*, observando o quanto esse termo é múltiplo em significados, até atingir uma noção apropriada para os nossos interesses. Passamos a concebê-lo, então, como um processo de transformação do espaço natural em espaço geográfico, pelo qual a humanidade busca suprir necessidades, garantir a sobrevivência e produzir riquezas.

Compreendemos também que, nesse sentido, o trabalho sempre foi realizado, uma vez que sempre foi necessário, mas que as ações produtivas não ocorreram sempre da mesma forma. Ao longo da história do trabalho, existiram formas diversas de produzir e de estabelecer a relação entre trabalhadores, os meios de produção e as riquezas produzidas.



À esquerda, temos a pintura *As ceifeiras* (detalhe), de Pieter Brueghel, o ancião, século XVI. À direita, colheita de trigo na Rússia. O conceito de *trabalho* vai se transformando através do tempo, como podemos observar nas imagens: na primeira, colheita manual de trigo na época medieval e, na segunda, colheita totalmente mecanizada na época atual.

Esse conjunto de conceitos — trabalho, meio de produção e relações de produção — ajudou-nos a compreender a existência de modos de produção ou, dito de outra forma, de diferentes processos por meio dos quais se produzem riquezas e delas se apropriam. Com base nesses conhecimentos, realizamos uma viagem por diferentes modos de produção e conhecemos particularidades dos modos de produção comunal, asiático e feudal.

Além desses modos, existiram outros, mas estes foram especialmente selecionados para nos oferecer uma possibilidade de comparar alguns elementos do nosso próprio modo de produção, que para nós parecem muito naturais. Quando observamos as diferentes formas de entender e de valorizar o trabalho em outras sociedades, notamos que existiram e ainda existem outras formas de se enxergar o mundo do trabalho e de atuar nele.

Esse conjunto de diferenças nos conduziu para a possibilidade de observar o mundo à nossa volta a partir de outra perspectiva, tarefa que foi potencializada pelo auxílio de dois importantes pensadores: Max Weber e Karl Marx. De formas diferentes, esses estudiosos propuseram teorias sobre a formação do modo de produção capitalista e sobre as características capazes de diferenciar essa forma de produzir riquezas de outras.

Na última seção, tratamos de questões bastante atuais e conflituosas envolvendo o sistema capitalista de que Marx e Weber falavam e modificações sociais e tecnológicas que esses autores não poderiam prever. Por um lado, esses novos elementos sociais exigem acrescentar elementos ausentes às teorias de Marx e Weber, por outro eles demonstram que, mesmo com o passar do tempo e com a modificação da realidade social e tecnológica, essas produções continuam atuais, tanto que conceitos como **mais-valia**, **estratificação** e **status social** e, ainda, conflitos entre trabalhadores e patrões continuam sendo atuais e mais bem compreendidas através das obras desses pensadores.

Por fim, atingimos o conceito de **capitalismo cognitivo**, que aponta para a alteração dos produtos principais do sistema capitalista. Segundo essa visão, as principais mercadorias produzidas não seriam mais objetos físicos, mas bens simbólicos, **ideias**, soluções criativas e comunicativas. Essa alteração gera conflitos novos e novas realidades de trabalho que, até este momento, geram mais perguntas do que respostas, uma vez que estamos diante de uma realidade em transformação.

Ao longo do livro, entendemos, portanto, que o trabalho é mais que uma forma de ação que transforma o espaço natural em espaço geográfico. O trabalho é também uma prática social dotada de significado e de valores que influenciam tanto a economia global quanto o seu sonho particular do que ser quando crescer.

Referências

ARRUDA, José Jobson de A. *História Antiga e Medieval*. São Paulo: Ática, 1990.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Olavo Leonel. *Egito: terra dos faraós*. São Paulo: Moderna, 2005.

GAUVARD, Claude. Idade Média: uma nova ordem mundial. *História viva*, São Paulo, n. 34, ano III, p. 31-55.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia crítica: alternativas de mudanças*. Porto Alegre: Edipucrs, 1940.

LAZARATTO, Maurizio. Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. CARVALHO, Eduardo. *Carta maior*, 05 de dezembro de 2006. In.: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131>. Acessado em: 10/04/2016.

MARX, Karl. *O capital: o processo de circulação do capital*. Livro 2. v. 3. São Paulo: José Olympio, 2016.

MONTEIRO, Hamilton M. *O feudalismo: economia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. São Paulo: Via Lettera, 2005.